



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, dezembro/2001

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

Fabiana Magalhães Rodopoulos

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 7, n. 12, dez.2001. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em 2001, as contas do Governo Central apresentaram superávit primário da ordem de R\$ 22,4 bilhões, equivalente a 1,9% do PIB estimado para o exercício. Em termos desagregados, o superávit obtido pelo Tesouro Nacional (R\$ 35,9 bilhões) foi suficiente para compensar o déficit de R\$ 12,8 bilhões do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), e contribuir para o atingimento das metas de desempenho fiscal estabelecidas para o Setor Público consolidado no ano.

Em 2001, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 22,4 bilhões, cerca de 1,9% do PIB.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2000-2001**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Nov 2001	Dez 2001	Jan-Dez 2000 2001	
I. RECEITA TOTAL	22.309,3	28.868,6	236.532,7	272.265,5
I.1. Receitas do Tesouro	17.223,1	20.272,6	180.817,6	209.773,6
I.1.1 Receita Bruta	17.718,9	20.604,5	188.517,1	216.100,7
I.1.2. (-) Restituições	-495,8	-320,4	-6.704,4	-6.096,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-11,5	-995,1	-230,5
I.2. Receitas da Previdência Social	5.086,2	8.595,9	55.715,1	62.491,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.136,9	4.219,6	40.283,1	46.024,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	18.172,4	24.648,9	196.249,7	226.240,7
IV. DESPESA TOTAL	17.247,6	29.179,6	174.619,7	203.167,9
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.223,1	7.761,6	55.629,8	64.194,4
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.676,9	11.283,8	65.787,1	75.328,1
IV.3. Custeio e Capital	5.347,7	10.134,1	53.202,8	63.645,4
IV.3.1. Despesas do FAT	621,5	571,4	5.491,1	6.615,4
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	91,1	652,6	3.654,9	4.497,5
IV.3.3. Outras Despesas	4.635,0	8.910,2	44.056,8	52.532,5
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	924,8	-4.530,7	21.629,9	23.072,7
V.1. Tesouro Nacional	2.515,4	-1.842,8	31.701,9	35.909,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.590,7	-2.687,9	-10.071,9	-12.836,2
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-58,9	-75,3	-477,4	-646,2
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	865,9	-4.606,0	21.152,6	22.426,5
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,95%	1,89%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Dez2001/Dez2000	
Receitas	15,1%
Tesouro	16,0%
Previdência	12,2%
Transferências	14,3%
Receita Líquida	15,3%
Despesas	16,3%
Benefícios	14,5%
Pessoal	15,4%
Custeio e Capital	19,6%

As contas do governo central em 2001 mostram que os principais itens de receita e despesa cresceram em termos percentuais do PIB, em relação ao ano anterior. Com relação às receitas do Tesouro, observa-se que o crescimento econômico inferior ao estimado para o exercício e o menor recolhimento de receitas atípicas, em relação a 2000, foram compensados por outros fatores, entre os quais os efeitos da trajetória da taxa de câmbio sobre o recolhimento do Imposto de Renda, o crescimento das demais receitas, particularmente dividendos e conta petróleo, e a recuperação de arrecadação derivada do Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receita Total	21,8%	22,9%
Transferências	3,7%	3,9%
Receita Líquida	18,1%	19,0%
Despesa Total	16,1%	17,1%
Resultado Primário	1,9%	1,9%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Tesouro Nacional	2,9%	3,0%
Previdência Social	-0,9%	-1,1%
Banco Central	0,0%	-0,1%
Governo Central	1,9%	1,9%

A evolução das despesas do Tesouro Nacional em 2001 deu-se em linha com as metas fiscais estabelecidas.

As despesas do Tesouro também cresceram, em particular aquelas com pessoal e encargos sociais e outras despesas de custeio e capital. O crescimento das despesas com pessoal, em termos percentuais do PIB, é resultado do realinhamento salarial e da reestruturação de várias carreiras estratégicas do funcionalismo ao longo do exercício, além do impacto de pagamentos de decisões judiciais e da primeira parcela dos anuênios devidos.

Com relação às despesas com custeio e capital, o aumento em termos percentuais do PIB deve-se, em parte, aos maiores pagamentos na área da Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/2000. Também se observa incremento importante de despesa em outras áreas do Governo Federal, como em Educação, além do gasto efetuado para atendimento a programas estratégicos. Importante destacar que o crescimento dessas despesas deu-se em consonância com as metas fiscais estabelecidas para o período.

Por sua vez, a Previdência Social apresentou aumento do déficit primário, que passou de 0,9% do PIB em 2000 para 1,1% do PIB em 2001. O ritmo de crescimento dos benefícios foi superior ao das receitas, explicado pelos reajustes na tabela de benefícios ocorridos nos meses de abril (piso) e junho (demais). Observa-se, também, que a taxa média de crescimento da quantidade de benefícios emitidos manteve-se estável, sendo que o crescimento das novas concessões em várias modalidades tem sido compensado pela queda daquelas efetuadas na modalidade tempo de contribuição, como efeito da reforma ocorrida em 1999.

Tesouro Nacional

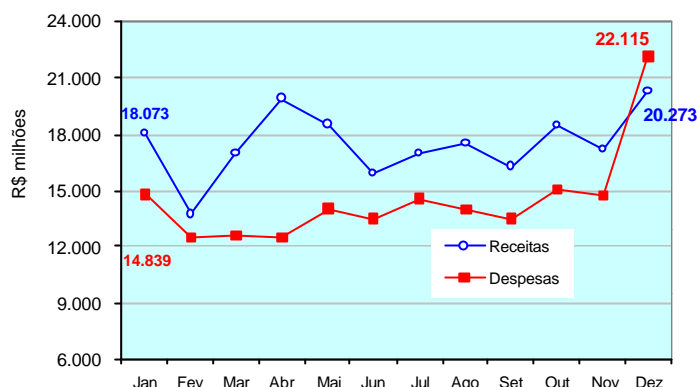
RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receitas do Tesouro (*)	16,6%	17,6%
Transferências	3,7%	3,9%
Despesas do Tesouro	10,0%	10,8%
Resultado Primário	2,9%	3,0%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

O Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 35,9 bilhões no exercício de 2001, R\$ 4,2 bilhões superior àquele obtido em 2000. Esse resultado representa cerca de 3,0% do PIB, ligeiramente acima do verificado no ano anterior, com crescimento proporcional dos itens agregados de receita e despesa. Em termos de composição desses itens, verifica-se aumento da participação do conjunto dos impostos e das contribuições sociais no total da receita, de 0,5 ponto percentual do PIB.

As demais receitas cresceram 0,4 ponto percentual do PIB, com destaque para o maior recolhimento de dividendos e o superávit da conta petróleo. Do lado das despesas, o principal incremento refere-se aos itens de pessoal e encargos sociais e às outras despesas de custeio de capital, cujos aumentos foram de 0,3 e de 0,4 ponto percentual do PIB, respectivamente.

Receitas e Despesas do Tesouro Nacional
Brasil, 2001



Em dezembro, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu R\$ 20,6 bilhões, apresentando crescimento de 16,3% em relação ao mês anterior. Esse acréscimo é explicado em grande medida pelo comportamento sazonal da arrecadação no mês, quando concentra-se, por exemplo, o recolhimento de tributos incidentes sobre o 13º salário. Por conta disso, o IRRF-Rendimentos do Trabalho cresceu 85,2%, e a contribuição para a seguridade do servidor público 42,4%, incrementando a receita em R\$ 1,7 bilhão, conjuntamente. Esse comportamento sazonal também afetou a movimentação financeira em dezembro, o que explica o crescimento na arrecadação da CPMF, de R\$ 163,4 milhões (11,4%).

Por outro lado, registrou-se queda na arrecadação do Imposto de Importação (21,9%) e do IPI-Vinculado às Importações (24,2%), devido à redução de 7,0% na taxa de câmbio e de 17,0% no volume, em dólar, das importações em relação ao mês anterior. A redução da receita da Cofins, de R\$ 251,5 milhões (6,0%), está associada ao recolhimento em novembro de depósitos judiciais no valor de R\$ 238,0 milhões.

Com relação às “demais receitas” do Tesouro Nacional, observou-se crescimento de R\$ 731,7 milhões (38,0%) em relação ao mês de novembro. Esse acréscimo em parte é explicado pelo recolhimento sazonalmente maior, no mês de dezembro, das receitas parafiscais e taxas diversas vinculadas a órgãos da administração direta e indireta, no montante de R\$ 317,3 milhões, e os recolhimentos a título de salário-educação, de R\$ 128,1 milhões. A conta petróleo registrou superávit de R\$ 1,1 bilhão em dezembro, superando em R\$ 656,0 milhões o superávit de novembro. Por outro lado, tiveram redução de R\$ 278,4 milhões os recolhimentos com dividendos pagos à União, tendo em vista o pagamento de R\$ 431,3 milhões efetuado pela Eletrobras no mês anterior.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

O aumento nas receitas do Tesouro Nacional em dezembro decorreu principalmente de fatores sazonais.

O superávit da conta petróleo em dezembro foi R\$ 656,0 milhões maior que no mês anterior.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional em 2001 foi 0,9 ponto percentual do PIB superior àquela registrada no ano anterior.

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu R\$ 216,1 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 14,6% em relação ao montante obtido em 2000. As restituições e os incentivos fiscais totalizaram R\$ 6,3 bilhões, o que resultou em uma receita líquida, antes de transferências a estados e municípios, de R\$ 209,8 bilhões, 16,0% superior à receita líquida de 2000.

A receita de impostos e contribuições sociais perfizeram um total de R\$ 190,1 bilhões, contra R\$ 168,6 bilhões no ano anterior. Como proporção do PIB, essa receita passou de 15,5%, em 2000, para 16,0% no exercício em análise. Esse aumento ocorreu a despeito do recolhimento de receitas atípicas em 2000, principalmente de natureza administrativa e judicial, superior em R\$ 3,9 bilhões ao registrado em 2001.

O aumento no recolhimento dos impostos está associado, em particular, à trajetória da taxa de câmbio observada no período, o que contribuiu para o incremento na arrecadação do IRRF-Rendimentos do Capital, da ordem de R\$ 4,5 bilhões (41,8%), e do IRRF-Remessas ao Exterior, de R\$ 1,2 bilhão (37,7%). Quanto às contribuições, a mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e o pagamento por substituição pelo setor automotivo afetaram positivamente a arrecadação da Cofins e do PIS/Pasep, cujos recolhimentos superaram os do ano anterior em R\$ 6,5 bilhões (16,2%) e em R\$ 1,4 bilhão (13,5%), respectivamente. Os ingressos de receita da CPMF cresceram R\$ 2,7 bilhões (18,2%), influenciados pela vigência da alíquota de 0,38% em 2001, por período três meses superior ao ano anterior.

A redução das receitas atípicas nesse ano afetou principalmente o IRPJ, cujos recolhimentos totais ficaram inferiores em R\$ 671,6 milhões ao verificado em 2000, devido à queda das receitas extraordinárias no valor de R\$ 1,4 bilhão. Por sua vez, o incremento na arrecadação da CSLL foi de apenas R\$ 88,4 milhões, considerando que em 2000 ingressaram receitas atípicas no valor de R\$ 832,4 milhões.

Também apresentaram redução nominal de arrecadação: (i) o Imposto de Importação sobre petróleo, no valor de R\$ 337,4 milhões (98,6%), devido à redução da alíquota de 9% para zero a partir de janeiro de 2001; e (ii) o IPI-Vinculado às Importações, R\$ 74,4 milhões (1,5%), devido à redução em 9,5 pontos percentuais da alíquota média efetiva.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram crescimento de R\$ 6,1 bilhões comparativamente ao ano de 2000. Esse comportamento pode ser explicado, em grande parte, pelos seguintes fatores: i) superávit acumulado da conta petróleo em 2001 de R\$ 1,9 bilhão, ao passo que no ano anterior não houve arrecadação; ii) dividendos pagos à União (R\$ 1,6 bilhão, 103,5%); iii) royalties

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Impostos	8,0%	8,2%
Imposto de Renda	5,2%	5,5%
IPI	1,7%	1,6%
Outros	1,1%	1,1%
Contribuições Sociais	7,5%	7,8%
Cofins	3,7%	3,9%
CPMF	1,3%	1,4%
CSLL	0,9%	0,8%
Outras	1,6%	1,7%
Demais	1,8%	2,2%
Conta Petróleo	0,0%	0,2%
Dividendos da União	0,1%	0,3%
Concessões	0,5%	0,4%
Outras	1,2%	1,4%
Total Bruto	17,3%	18,2%

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan-Dez (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Demais	19.886,1	26.013,7
Conta Petróleo	-	1.908,0
Dividendos da União	1.588,1	3.231,9
Concessões	5.227,0	4.380,8
Outras	13.070,9	16.492,9

petróleo e participação especial (R\$ 1,3 bilhão, 35,9%); iv) Programa de Recuperação Fiscal – Refis (R\$ 577,1 milhões, 72,7%); v) contribuições para as pensões dos servidores militares (R\$ 488,5 milhões, 315,5%).

Após 23 meses sem amortização na Parcela de Preços Específicos da Conta Petróleo, a partir de agosto de 2001 essa conta voltou a registrar superávites. Esse resultado é explicado pelo efeito conjugado da evolução do preço interno dos combustíveis e seus derivados frente ao custo do petróleo no mercado externo, ambos expressos em reais.

Os dividendos pagos à União em 2001 perfizeram o montante de R\$ 3,2 bilhões, contra R\$ 1,6 bilhão arrecadados no ano anterior. Contribuíram para esse incremento: i) pagamento de dividendos pela Petrobras superior em R\$ 754,7 milhões, dos quais R\$ 371,0 milhões referem-se ao pagamento de dividendos relativos ao primeiro semestre do exercício de 2001, conforme política de distribuição de dividendos da empresa; ii) recolhimento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) de dividendos acumulados referentes aos exercícios de 1999 e 2000, no valor de R\$ 378,7 milhões; e iii) pagamento da primeira parcela da antecipação do pagamento de juros sobre o capital próprio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no valor de R\$ 102,5 milhões, referente aos primeiros nove meses de 2001.

O acréscimo na arrecadação de *royalties* petróleo e participação especial (Lei nº 9.478/1997) ocorreu em virtude tanto do aumento da produção interna tributada de petróleo e gás natural (11,7%), quanto do aumento do preço médio de referência (8,3%), neste caso afetado pela evolução da taxa de câmbio em 2001. O aumento da produção interna afetou principalmente a participação especial, devido ao reenquadramento na tabela progressiva (Portaria ANP nº 10/1999) das concessões sujeitas a essa cobrança.

A arrecadação no âmbito do Refis dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal atingiu R\$ 1,4 bilhão, contra R\$ 793,6 milhões em 2000. Esse acréscimo explica-se pelo início dos recolhimentos mais expressivos somente a partir do mês de abril do ano anterior.

Em 2001, a contribuição para a pensão dos servidores militares atingiu R\$ 643,3 milhões, superando em R\$ 488,5 milhões o montante arrecadado no ano anterior. Esse acréscimo decorreu da extensão dessa contribuição aos pensionistas, associada à mudança na sistemática de contribuição.

Por outro lado, as receitas de concessão ficaram inferiores à arrecadação do ano anterior em R\$ 846,2 milhões. Essa redução explica-se pelo expressivo recolhimento em 2000 da última parcela do leilão do Sistema Telebrás (R\$ 3,0 bilhões), apenas parcialmente compensado pela arrecadação, em 2001, das

Em 2001, a conta petróleo acumulou superávit de R\$ 1,9 bilhão, sem contrapartida no ano anterior.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO Jan-Dez (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2000	2001
Petrobrás	446,6	1.201,3
BNDES	304,7	599,9
FND	-	378,7
CEF	106,2	-
CVRD	52,0	250,6
Eletrobrás	284,3	431,3
Banco do Brasil	80,7	165,5
Demais	365,7	455,3
Total	1.588,1	3.231,9

No ano, a receita de dividendos da União foi R\$ 1,6 bilhão maior que em 2000. Por outro lado, houve queda de arrecadação das receitas com concessão, no valor de R\$ 846,2 milhões.

RECEITA DE CONCESSÕES Jan-Dez (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Anatel	1.502,1	3.593,7
Banda B	1.502,1	1.777,7
Banda D	-	1.321,0
Banda E	-	495,0
ANP	515,3	705,8
Telebrás	3.035,7	-
Outros	174,0	81,4
Total	5.227,0	4.380,8

receitas provenientes das Bandas D e E (R\$ 1,8 bilhão), sem contrapartida no ano anterior.

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Constitucionais	2,87%	3,06%
Desoneração do ICMS	0,35%	0,30%
Demais	0,49%	0,51%
Total	3,71%	3,87%

Em 2001, as transferências a estados e municípios atingiram 3,87% do PIB no ano, situando-se 0,17 ponto percentual acima do registrado em 2000. Em termos nominais, houve aumento de 14,3%, que correspondeu a um acréscimo de R\$ 5,7 bilhões no montante transferido pela União àqueles entes da federação.

Em termos desagregados, as transferências constitucionais tiveram um incremento de 0,2 ponto percentual do PIB, decorrente do comportamento das receitas partilhadas no ano. As transferências relacionadas à Lei Complementar nº 87/1996 caíram 0,05 ponto percentual em relação ao ano anterior. Esse comportamento está associado ao disposto na Lei Complementar nº 102/2000, em cujo anexo é atribuído um valor de transferência para 2000 (R\$ 3,9 bilhões) superior ao do ano seguinte (R\$ 3,1 bilhões), corrigido anualmente pelo IGP-DI.

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Dez (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Salário-Educação	1.724,8	2.004,2
Royalties Lei 9478	1.896,6	2.263,9
Fundef	505,6	451,9
Outras	1.188,4	1.307,2
Total	5.315,4	6.027,2

As demais transferências apresentaram aumento de 0,02 ponto percentual do PIB, quando comparadas ao ano de 2000. Em valores nominais, esse aumento deveu-se, em sua maior parte, aos *royalties* pagos pela Petrobras (Lei nº 9.478/1997), superior em R\$ 367,3 milhões ao ano anterior. O aumento de R\$ 279,4 milhões verificado na contribuição ao salário-educação segue em parte o comportamento da massa salarial. Os repasses para o Fundef foram inferiores em R\$ 53,7 milhões, devido ao comportamento favorável das outras fontes de arrecadação do Fundo, o que diminuiu as necessidades de complementação de recursos pela União.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 17,9 bilhões em dezembro, contra R\$ 10,6 bilhões ocorridas no mês anterior. Esse crescimento está concentrado nos pagamentos de pessoal e encargos sociais e em outras despesas de custeio e capital.

A despesa com pessoal e encargos passou de R\$ 5,2 bilhões em novembro, para R\$ 7,8 bilhões no mês em análise, explicado pelo pagamento de 13º salário e férias do funcionalismo público.

O crescimento das despesas do Tesouro Nacional no mês é explicado, em grande medida, por gastos sazonais, como pagamento de 13º salário ao funcionalismo.

As despesas de custeio e capital atingiram R\$ 10,1 bilhões, contra R\$ 5,3 bilhões no mês anterior, ratificando, em grande medida, o caráter sazonal desse agregado, com maior concentração nos últimos meses do ano. Com efeito, no mês de dezembro, foram efetuados pagamentos pelos diversos órgãos da administração pública, cuja autorização já havia sido concedida em meses

anteriores, aos quais se somaram as ampliações de R\$ 1,3 bilhão nos limites orçamentários observadas no mês.

Além disso, foram liberados R\$ 109,8 milhões de créditos extraordinários em dezembro, dos quais R\$ 105,3 milhões foram destinados ao Programa de Ações Emergenciais de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) passaram de R\$ 621,5 milhões no mês anterior, para R\$ 571,4 milhões este mês. Os gastos com abono e seguro desemprego perfizeram R\$ 475,3 milhões e as demais despesas operacionais do FAT, R\$ 96,1 milhões.

Relativamente aos gastos com subsídios e subvenções econômicas, houve incremento de R\$ 561,5 milhões em relação a novembro. Tal variação pode ser explicada por dois fatores: i) elevação dos gastos com equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento das Exportações (Proex), devido ao acréscimo sazonal da demanda pelos financiamentos com base nesse programa; e ii) aumento dos dispêndios com o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf), em função do pagamento em dezembro de despesas que seriam pagas em janeiro relativas ao exercício de 2001.

No ano, as despesas do Tesouro Nacional situaram-se em 10,8% do PIB, apresentando acréscimo de 0,7 ponto percentual do PIB em relação às verificadas no ano anterior. Os gastos com pessoal e encargos passaram de 5,1% do PIB no ano anterior para 5,4% do PIB em 2001, enquanto que as despesas com custeio e capital cresceram de 4,9% do PIB, em 2000, para 5,4% do PIB, em 2001.

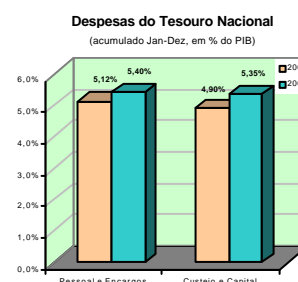
O acréscimo nominal na despesa com pessoal e encargos sociais, de R\$ 8,6 bilhões, refletiu, principalmente, o realinhamento salarial e a reestruturação de carreiras estratégicas do funcionalismo, ocorridos ao longo de 2001, entre elas, a carreira militar das Forças Armadas, a partir de janeiro daquele ano, conforme Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001.

Outros fatores que afetaram a folha salarial foram: i) pagamento da primeira parcela do passivo do adicional de tempo de serviço (anuênios), conforme estabelecido no art. 8º da Medida Provisória nº 2.169-43, de 24/08/2001, devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU). Tal passivo teve origem na Resolução nº 35/1999, do Senado Federal, a qual tornou sem efeito o inciso I do art. 7º da Lei nº 8.162/1991; e ii) incorporação do percentual de 11,98% na folha de pagamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público da União, referente à conversão dos salários pela URV, em cumprimento a decisão judicial.

Houve antecipação de pagamento de despesas com equalização de taxas no âmbito do Pronaf.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESpesas DO TESOURO NACIONAL Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Pessoal e Encargos	5,12%	5,40%
Custeio e Capital	4,90%	5,35%
Despesas do FAT	0,51%	0,56%
Subsídios e Subvenções	0,34%	0,38%
Outras	4,05%	4,42%



Com relação às despesas de custeio e capital, observou-se incremento de R\$ 10,4 bilhões, comparativamente a 2000. Parte desse crescimento é explicado pelas despesas efetuadas pelo Ministério da Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/2000, a qual definiu valores mínimos para aplicação desses recursos. As despesas com custeio e capital na área da Saúde passaram de R\$ 17,2 bilhões, em 2000, para R\$ 19,4 bilhões no ano em análise. Destaca-se, ainda, a despesa efetuada pelo Ministério da Educação, que totalizou R\$ 5,5 bilhões em 2001 contra R\$ 4,2 bilhões em 2000.

As despesas do FAT totalizaram R\$ 6,6 bilhões em 2001, 20,5% superior ao ano anterior, perfazendo o equivalente a 0,56% do PIB. O incremento desta despesa deveu-se, principalmente, ao aumento do salário mínimo ocorrido em abril deste ano, com reflexo nos valores dos benefícios de seguro desemprego e abono salarial a partir daquele mês. No caso do abono salarial, o impacto mais significativo ocorreu com a liberação do primeiro lote do benefício, referente ao exercício de 2001-2002, em julho.

Os gastos com subsídios à agricultura e às exportações atingiram o montante de R\$ 3,5 bilhões em 2001, apresentando acréscimo de R\$ 627,8 milhões em relação ao ano anterior. Os subsídios à agricultura atingiram R\$ 2,3 bilhões em 2001, ao passo que no ano anterior perfizeram R\$ 2,1 bilhões. Esse aumento está associado aos subsídios para custeio agropecuário, à agricultura familiar e, principalmente, às exportações (Proex). No que se refere aos gastos do Proex, cresceram 50,9% no ano, em decorrência, principalmente, da depreciação cambial média – ponderada pelas operações realizadas ao longo do ano – de 29,1%. Além disso, houve aumento na demanda por financiamento com recursos do programa, sendo que as operações realizadas na modalidade sujeita à equalização de taxas atingiram o montante de US\$ 490,7 milhões, contra US\$ 415,3 milhões em 2000.

Em 2001, as operações de exportação beneficiadas com equalização de taxas do Proex perfizeram US\$ 490,7 milhões.

Previdência Social

Em dezembro, a Previdência Social apresentou déficit primário de R\$ 2,7 bilhões, 69,0% superior ao verificado no mês anterior. A arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 8,6 bilhões, representando um acréscimo de 69,0% em relação a novembro. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram para R\$ 11,3 bilhões, devido ao pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Dez (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Agricultura	2.062,7	2.254,8
Custeio Agropecuário	123,3	180,8
Investimento Rural	12,9	88,1
Preços Agrícolas	465,3	351,5
- EGF	3,2	2,7
- AGF	379,1	228,4
- Sustentação de preços	83,0	120,5
Pronaf	324,5	496,6
PESA	11,3	44,5
Securitização (Lei 9.138)	1.125,4	1.093,3
Exportação	856,0	1.291,7
Proex	856,0	1.291,7
Total	2.918,7	3.546,5

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2000-2001				
DISCRIMINAÇÃO	Nov	Dez	Jan-Dez	
	2001	2001	2000	2001
Arrecadação Líquida	5.086,2	8.595,9	55.715,1	62.491,9
Arrecadação Bruta	5.473,1	9.039,7	59.904,4	67.522,9
- Contribuição Previdenciária	5.070,6	8.597,0	55.848,9	63.060,9
- Simples	237,3	243,5	2.024,7	2.476,5
- CDP	0,0	12,8	229,6	86,6
- CFT	70,6	48,2	280,3	426,0
- Depósitos Judiciais	46,2	104,5	910,6	797,4
- Refis	38,6	23,6	264,5	442,6
- Outras Receitas	9,8	10,2	345,8	232,9
(-) Restituição/Devolução	-20,5	-63,2	-192,5	-399,9
(-) Transferências a Terceiros	-366,4	-380,6	-3.996,8	-4.631,1
Benefícios Previdenciários	6.676,9	11.283,8	65.787,1	75.328,1
Resultado Primário	-1.590,7	-2.687,9	-10.071,9	-12.836,2
Resultado Primário/PIB			-0,93%	-1,08%

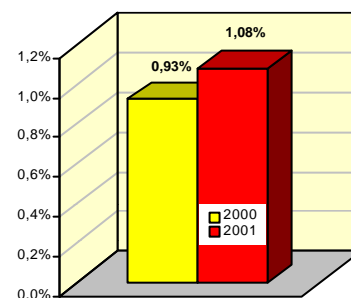
Em 2001, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 12,8 bilhões, contra R\$ 10,1 bilhões em 2000, registrando aumento nominal de 27,4%.

No ano, o déficit da Previdência Social atingiu o valor de R\$ 12,8 bilhões, contra R\$ 10,1 bilhões verificados em 2000, com um aumento nominal de 27,4%. Como proporção do PIB, houve piora no resultado da ordem de 0,15 ponto percentual, tendo passado de um déficit de 0,93% no ano anterior, para 1,08% em 2001.

A arrecadação líquida totalizou R\$ 62,5 bilhões, apresentando aumento de R\$ 6,8 bilhões ou 12,2% em relação a 2000. Contribuiu para esta evolução o comportamento das seguintes rubricas: i) contribuição previdenciária, totalizando R\$63,0 bilhões em 2001, aumento de 12,9% em relação ao ano anterior; ii) receita de R\$ 2,4 bilhões referente a arrecadação do Simples, contra R\$ 2,0 bilhões no ano anterior; iii) arrecadação de R\$ 797,4 milhões de depósitos judiciais, contra R\$ 910,6 milhões em 2000; iv) receitas decorrentes do Refis, R\$ 442,6 milhões, crescimento de 67,3% em relação ao igual período do ano anterior; v) arrecadação por meio de Certificados Financeiros do Tesouro (CFT-E), que passou de R\$ 280,3 milhões em 2000 para R\$ 426,0 milhões em 2001. No ano, houve recuperação de receitas no montante de R\$ 4,3 bilhões.

Embora as receitas da Previdência tenham crescido em 2001 em ritmo superior ao da inflação, as despesas aumentaram em ritmo ainda maior. Os benefícios previdenciários atingiram 6,31% do PIB, superior em 0,26 ponto percentual, quando comparadas ao ano de 2000. Em valores nominais, houve acréscimo de R\$ 9,5 bilhões ou 14,5% em relação ao ano anterior. Tal variação pode ser explicada, principalmente, pelo aumento do valor médio dos benefícios previdenciários pagos no período, em decorrência do reajuste de 19,2% do salário mínimo, bem como, do aumento dos benefícios, cujos valores estão acima do piso.

**Déficit da Previdência Social
Jan-Dez (% PIB)**



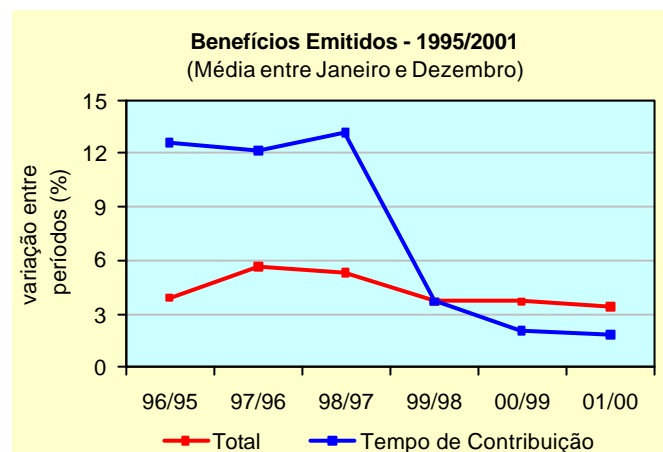
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Dez (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Contribuição	5,13%	5,24%
Benefícios	6,05%	6,31%
Resultado Primário	-0,93%	-1,08%

Benefícios Emitidos	Jan/2000- Dez/2000	Jan/2001- Dez/2001	%
Quantidade*	19,2	19,9	3,4%
Valor Médio**	287,7	321,5	11,7%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

Houve, também, aumento de 3,4% na quantidade média anual de benefícios emitidos, comparativamente a 2000, destacando-se: i) benefícios de amparos assistenciais para idosos e portadores de deficiência, cuja quantidade passou de 1,1 milhão para 1,3 milhão, representando crescimento de 14,6%; ii) auxílio doença, que passou de 472,5 mil para 531,5 mil, aumento de 12,5%; e iii) salário maternidade, que passou de 112,3 mil para 120,0 mil, registrando crescimento de 6,9%. O gráfico a seguir evidencia que a taxa agregada de crescimento de benefícios tem-se mantido relativamente estável a partir de 1999, visto que a queda na variação daqueles emitidos por tempo de contribuição, como resultado da reforma ocorrida no período, tem virtualmente compensado os demais efeitos mencionados.

A despesa com benefícios da Previdência aumentou em ritmo maior que a receita, em função do reajuste da tabela de benefícios. A taxa de crescimento média anual dos benefícios emitidos mantém-se praticamente estável desde 1999.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em dezembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público reduziu-se em 0,6 ponto percentual do PIB em relação a novembro, totalizando R\$ 284,0 bilhões, o que equivale a 23,9% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos meses de dezembro/2000 e outubro, novembro e dezembro/2001.

Em dezembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional reduziu-se em 0,6 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior, totalizando R\$ 284,0 bilhões, equivalente a 23,9% do PIB.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2001

(R\$ milhões)

	2000		2001	
	Dez	Out	Nov	Dez
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	107.110	102.761	107.798	119.360
Dívida Mobiliária em Mercado ¹	426.926	490.691	495.199	507.532
Dívida Contratual da STN	-243.705	-301.075	-300.721	-300.733
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-76.112	-86.855	-86.679	-87.439
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	137.181	197.553	180.828	164.631
Dívida Mobiliária em Mercado	105.519	149.586	135.980	124.483
Títulos Depositados em Garantia	-4.675	-4.858	-4.210	-3.769
Dívida Contratual	37.275	53.965	50.178	44.901
Disponibilidades	-938	-1.140	-1.120	-984
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	244.291	300.314	288.626	283.991
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	22,5%	25,7%	24,5%	23,9%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A apreciação da taxa de câmbio e as amortizações de títulos da dívida externa junto ao Clube de Paris contribuíram para a queda da dívida líquida no mês.

Em relação ao mês anterior, a dívida líquida total caiu R\$ 4,6 bilhões. Contribuiu para tal comportamento a diminuição de R\$ 16,2 bilhões na dívida externa líquida, em decorrência dos efeitos da apreciação da moeda nacional frente ao dólar (8,24%) e das amortizações junto ao Clube de Paris, no montante total de R\$ 1,3 bilhão.

É importante observar que, em dezembro de 2000, a dívida líquida total era equivalente a 22,5% do PIB, 1,4 ponto percentual do PIB abaixo do registrado em dezembro de 2001. Tal crescimento se deve, principalmente, à depreciação cambial ocorrida ao longo do ano (18,7%).

A dívida interna líquida aumentou R\$ 11,6 bilhões em relação a novembro. Tal comportamento reflete o crescimento do estoque da dívida mobiliária em mercado de R\$ 12,3 bilhões, contrabalançado pelo aumento dos haveres contratuais dos fundos, autarquias e fundações (R\$ 760,0 milhões), em decorrência do crescimento do saldo do FAT.

Dívida Interna Líquida

Com relação à dívida mobiliária interna, o aumento do saldo está relacionado às emissões líquidas de R\$ 8,3 bilhões e à apropriação de juros em R\$ 3,3 bilhões.

Em dezembro, a relação dívida interna líquida/PIB caiu 1,2 ponto percentual do PIB em relação a igual mês de 2000.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2001

(R\$ milhões)

	2000		2001	
	Dez	Out	Nov	Dez
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	122.110	102.761	107.798	119.360
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	441.927	490.691	495.199	507.532
LFT	204.850	260.464	266.020	275.243
LTN	75.438	52.859	51.191	48.807
NTN-C	7.022	24.872	25.961	26.782
NTN-D	15.000	35.461	37.820	39.204
Demais	111.552	97.424	94.481	95.906
Dívida Securitizada	25.512	17.263	17.434	19.314
TDA	2.551	2.347	2.291	2.276
DÍVIDA CONTRATUAL	-319.816	-387.930	-387.401	-388.172
<i>Tesouro Nacional</i>	-243.705	-301.075	-300.721	-300.733
Dívida Bancária	40.343	26.419	26.459	25.355
Lei nº 7.976/89	-10.058	-12.309	-11.487	-10.316
Lei nº 8.727/93	-44.483	-45.083	-46.321	-46.430
Lei nº 9.496/97	-136.731	-150.755	-153.189	-154.222
Renegociação Dívida Municipais	-18.100	-19.795	-20.105	-20.279
Demais Haveres da STN	-74.677	-99.552	-96.078	-94.840
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-76.112	-86.855	-86.679	-87.439
FAT	-53.603	-63.525	-63.209	-63.702
Demais Entidades	-22.509	-23.330	-23.471	-23.737
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO/PIB	40,7%	42,0%	42,0%	42,7%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-29,4%	-33,2%	-32,9%	-32,7%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-22,4%	-25,8%	-25,5%	-25,3%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	11,2%	8,8%	9,1%	10,0%

Cabe destacar que, ao final de 2001 verificou-se uma queda na relação dívida interna líquida/PIB, que era de 11,2% em dezembro de 2000, e fechou 2001 com 10,0%.

Emissões e Resgates

Em dezembro, conforme apresentado na tabela 4, as emissões da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público corresponderam a R\$ 30,4 bilhões e os resgates perfizeram R\$ 22,0 bilhões.

O Tesouro Nacional realizou, em dezembro, emissão líquida de R\$ 8,3 bilhões.

No mês, houve emissão líquida de títulos remunerados pela taxa Selic (LFT) e pela variação cambial (NTN-D) nos montantes respectivos de R\$ 5,5 bilhões e R\$ 2,9 bilhões e resgate líquido de títulos prefixados (LTN) em R\$ 3,0 bilhões.

Dentre as emissões realizadas por meio de oferta pública, destacam-se a colocação de aproximadamente R\$ 6,0 bilhões em LTN com prazos de 6 e 18

meses e outros títulos com prazos mais longos, tais como NTN-D de 36 e 60 meses e NTN-C com vencimentos em 2005 e 2011.

TABELA 4
EMISSÕES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
Brasil, 2001

Fatos	Ofertas Públicas *		Emissões Diretas		Total	
	Dez	Ano	Dez	Ano	Dez	Ano
	R\$ milhões					
I. Emissões	9.640	183.295	20.746	70.574	30.387	253.869
LFT	0	78.598	5.744	44.887	5.744	123.484
LTN	5.963	58.181	0	0	5.963	58.181
NTN-C	399	13.782	0	0	399	13.782
NTN-D	3.273	32.468	1.171	4.263	4.444	36.732
TDA	0	0	51	280	51	280
Securitizada **	0	0	8.625	11.827	8.625	11.827
Demais	6	267	5.156	9.317	5.162	9.583
II. Resgates ***	11.016	201.081	11.032	49.795	22.049	250.877
LFT	249	91.424	0	0	249	91.424
LTN	9.000	94.710	0	0	9.000	94.710
NTN-C	173	1.122	0	0	173	1.122
NTN-D	1.581	13.809	0	0	1.581	13.809
TDA	0	0	130	789	130	789
Securitizada **	0	0	6.908	22.928	6.908	22.928
Demais	13	16	3.995	26.078	4.008	26.094
II. Valor Líquido (I-II)	-1.376	-17.786	9.714	20.779	8.338	2.993

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.
** Inclui dívida agrícola.
*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Boxe 1 - Emissão de NTN-C

Foi realizado, nos dias 29 e 30 de novembro, com liquidação financeira em 01 de dezembro, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazos de vencimento em 2005 e 2011. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 398,9 milhões, sendo R\$ 243,5 milhões relativos ao títulos com vencimento em 2005 e R\$ 155,4 milhões de NTN-C com vencimento em 2011. Do valor arrecadado, R\$ 135,5 milhões foram recebidos em títulos e R\$ 263,4 milhões em dinheiro.

As taxas obtidas foram de 10,40% a.a. para o título mais curto e 10,45% a.a. para o título mais longo.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 20,7 bilhões, tendo sido mais representativas as seguintes: i) R\$ 8,3 bilhões relativos a securitizações do FCVS; ii) R\$ 5,7 bilhões em LFT, para troca por títulos oriundos de securitizações do FCVS; iii) R\$ 4,6 bilhões em CFT-C para o Banco do Brasil, referentes ao contrato de assunção, renegociação e quitação de dívida entre a União, o Banco do Brasil e o INSS, na forma da Lei nº 9.711/2001; e iv) R\$ 1,2 bilhão em NTN-D para o BNDES em permuta por CFT-D (R\$ 824,5 milhões) e NTN-I (R\$ 344,0 milhões).

Em dezembro, as emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 20,7 bilhões.

Boxe 2 – Emissões de Dívida Securitizada em 2001

Com os R\$ 8,3 bilhões securitizados em dezembro, foram emitidos ao longo de 2001 R\$ 11,5 bilhões em CVS, títulos relativos a novações do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. O total de emissões de títulos securitizados em 2001 atingiu R\$ 11,8 bilhões, sendo, portanto, quase a totalidade em CVS.

Tais títulos possuem prazo médio de 143,55 meses e são remunerados pela TR mais 0,5% a.m. ou 3,12% a.a.

Em dezembro, houve resgates de R\$ 11,0 bilhões.

Os resgates de títulos emitidos por meio de emissão direta totalizaram R\$ 11,0 bilhões, tendo sido a maior parte referente a cancelamentos, dos quais destacam-se: i) R\$ 6,0 bilhões em CVS que foram trocados por LFT; ii) R\$ 1,1 bilhão em NTN-H, devido a superávit na conta petróleo (PPE); iii) R\$ 1,0 bilhão em CFT-D, em operação de troca por NTN-D; e iv) R\$ 962,6 milhões em NTN-I, que foram trocadas por NTN-D, no âmbito do programa de padronização e simplificação dos instrumentos da dívida pública.

Considerando o ano de 2001, o impacto líquido das emissões foi de aproximadamente R\$ 3,0 bilhões, sendo observado resgate líquido de R\$ 17,8 bilhões para os títulos emitidos por meio de oferta pública e emissão líquida de R\$ 20,7 bilhões para os títulos originários de emissões diretas. Esta última foi fortemente afetada pela emissão de R\$ 33,5 bilhões em títulos no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, embora o impacto deste sobre a Dívida Líquida do Setor Público tenha sido menor (R\$ 12,3 bilhões, aproximadamente 1% do PIB) em função dos ativos recebidos em contrapartida.

Composição

Houve queda na participação dos títulos cambiais, de 11,26% em novembro para 10,65% em dezembro, devido à apreciação cambial.

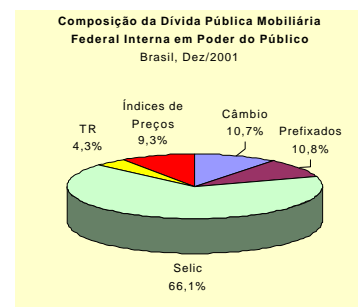
Conforme mostra a tabela 5, destaca-se que, apesar da emissão líquida de NTN-D ocorrida no mês, a participação dos títulos cambiais reduziu-se de 11,26% em novembro para 10,65% em dezembro. Essa queda decorreu, principalmente, da apreciação cambial de 8,24% ocorrida no mês. A participação dos títulos remunerados pela taxa SELIC aumentou 1,28 ponto percentual, devido às emissões líquidas de LFT e CFT-C ocorridas no mês, enquanto que os prefixados reduziram sua participação em 0,71 ponto percentual, devido ao resgate líquido das LTN. Quanto aos títulos indexados a índices de preços e à TR, suas participações ficaram praticamente estáveis.

Tomando-se por base as alterações na composição da DPMFi em 2001, verifica-se aumento na participação de títulos remunerados pela taxa Selic, variação cambial e índice de preços e queda na participação dos títulos prefixados. Estas modificações são resultado dos eventos adversos que abalaram a economia mundial no decorrer do ano e da conseqüente adequação da estratégia de financiamento do Tesouro ao ambiente macroeconômico vigente. Mais especificamente, optou-se por priorizar a redução do risco de refinanciamento, fato que permitiu grandes avanços no processo de alongamento do prazo médio da dívida pública.

TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE
BRASIL, 2000/2001

Indexador	2000			2001		
	Dez		Nov	Dez		Nov
	(% anual)					
Selic	61,86	64,78	66,06			
Câmbio	7,63	11,26	10,65			
Prefixados	18,23	10,39	9,68			
Índices de Preços	6,89	9,46	9,31			
TR	5,32	4,10	4,29			
Outros	0,07	0,01	0,01			

* Não inclui dívida agrícola.



O custo médio da DPMFi em poder do público seguiu a trajetória de queda dos últimos meses, passando de 10,99% a.a., em novembro, para 9,04% a.a. em dezembro (vide tabela 6), fechando o ano com queda de 6,34 pontos percentuais em relação a dezembro de 2000. A redução, neste último mês, é explicada, basicamente, pela valorização cambial ocorrida e pela pequena variação nos índices de preços (0,22% e 0,18% - IGP-M e IGP-DI, respectivamente).

Excluindo-se os títulos cambiais, observou-se queda no custo médio, passando de 19,12% a.a. em novembro para 18,19% a.a. em dezembro. Esta redução decorreu, principalmente, da diminuição no custo médio das LTN, das NTN-C e dos títulos da dívida securitizada. Explicam a queda a pequena variação nos índices de preços, bem como as taxas obtidas nos leilões de LTN no mês de dezembro, cuja média ficou em 20,47% a.a., contra 20,65% a.a. no mês anterior.

Custo Médio

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2001

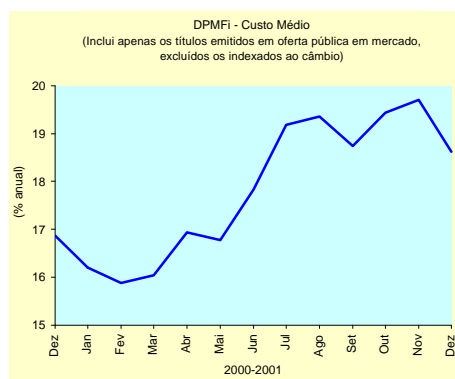
Título	2000			2001		
	Dez		Nov	Dez		Nov
	Em % anual					
LTN	18,10	18,77	18,55			
LFT	16,19	19,05	19,05			
NTN-C	21,58	28,03	14,70			
NTN-D	12,01	-52,20	-61,81			
TDA	7,33	8,30	8,35			
Dívida Securitizada *	12,38	16,99	14,12			
Demais	14,97	3,07	2,53			
Total	15,38	10,99	9,04			

* Não inclui dívida agrícola.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2001

Período	Total (1)	Total (2)	Pub (1)		Pub (2)	
			(% anual)			
2000	Dez	15,98	15,38	16,86	16,57	
2001	Jan	15,51	15,84	16,20	16,67	
	Fev	15,11	19,50	15,87	19,35	
	Mar	15,28	20,54	16,04	19,70	
	Abr	16,28	16,71	16,94	17,40	
	Mai	16,04	24,60	16,78	22,46	
	Jun	17,02	14,67	17,83	16,56	
	Jul	18,43	23,34	19,18	22,59	
	Ago	18,60	22,65	19,35	22,30	
	Set	17,96	23,42	18,74	22,06	
	Out	19,03	19,62	19,44	20,10	
	Nov	19,12	10,99	19,70	12,55	
	Dez	18,19	9,04	18,62	10,07	

Pub - Títulos emitidos em oferta pública em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



Em dezembro, o custo médio anual total da dívida mobiliária em poder do público caiu para 9,04% a.a.. Essa queda pode ser explicada, dentre outros fatores, pela apreciação cambial ocorrida no mês e a pequena variação nos índices de preços.

Prazo Médio

O prazo médio da dívida interna em poder do público passou de 40,13 meses em novembro, para 39,84 meses em dezembro.

O prazo médio da DPMFi em poder do público, no mês de dezembro, foi de 39,84 meses, apresentando ligeira redução em relação a novembro, da ordem de 0,29 meses (vide tabela 8). Essa redução decorre, essencialmente, da diminuição nos prazos médios das NTN-C e LFT, não compensada pelo aumento nos prazos médios das NTN-D, LTN, TDA e títulos da dívida securitizada.

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2000-2001 (meses)

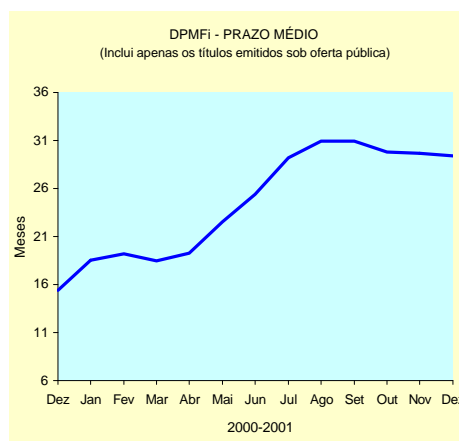
Título	2001 (meses)		
	Dez	Nov	Dez
LTN	5,56	3,43	3,45
LFT	27,61	37,57	36,80
NTN-C	37,42	73,08	72,27
NTN-D	9,49	18,34	19,94
TDA	49,21	48,93	51,97
Dívida Securitizada*	78,19	66,87	75,13
Demais	91,25	92,28	85,56
Total	32,17	40,13	39,84

(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2000-2001 (meses)

Período	Total	Of. Pub. (1)
2000		
Dez	32,27	15,36
2001		
Jan	34,56	18,54
Fev	34,90	19,19
Mar	34,12	18,43
Abr	35,24	19,28
Mai	37,99	22,52
Jun	40,23	25,39
Jul	41,13	29,20
Ago	42,05	30,93
Set	41,81	30,92
Out	40,69	29,81
Nov	40,13	29,64
Dez	39,84	29,40

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



A diminuição nos prazos médios das LFT e NTN-C é explicada pela redução em um mês no prazo remanescente desses títulos, uma vez que o volume das emissões ocorridas no mês foram pouco representativas frente ao estoque total desses títulos. Por outro lado, o aumento no prazo médio dos títulos da dívida securitizada em 8 meses decorre da emissão líquida de CVS que têm prazo médio de 143,55 meses.

Com relação ao ano 2001, e conforme comentado anteriormente, ênfase foi dada à estratégia de redução do risco de refinanciamento, a qual permitiu o aumento do prazo médio da DPMFi para níveis nunca observados na história de administração da dívida pública. Esta elevação do prazo médio é reflexo, principalmente, do alongamento significativo dos prazos dos títulos emitidos em oferta pública, destaque para as LFT, NTN-C e NTN-D.

Dívida Externa Líquida

O estoque da Dívida Pública Federal externa – DPFe, de responsabilidade do Tesouro Nacional, em moeda nacional, apresentou queda significativa em relação ao mês anterior, de 9,0% (R\$ 16,8 bilhões). Essa redução deveu-se, principalmente, a dois fatores: i) valorização cambial de 8,24% ocorrida no mês de dezembro, e; ii) pagamentos de amortização e juros junto ao Clube de Paris, no montante total de R\$ 1,3 bilhão. Ao final de 2001, a

dívida mobiliária apresentou saldo de R\$ 124,5 bilhões, contra R\$ 105,5 bilhões em dezembro de 2000. Esse aumento deveu-se essencialmente à variação cambial ao longo do ano (18,7%).

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2001

(R\$ milhões)

	2000		2001	
	Dez	Nov	Dez	Nov
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	105.519,3	135.980,2	124.482,9	
Bônus de Renegociação	51.776,8	49.570,6	45.487,3	
Bônus de Captação	53.742,5	86.409,5	78.995,6	
II. DÍVIDA CONTRATUAL	37.274,7	50.177,7	44.900,8	
Organismos Multilaterais	16.669,5	25.468,8	23.370,8	
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.698,2	8.615,9	7.894,9	
Clube de Paris	13.907,0	16.093,1	13.635,1	
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.674,9	-4.209,9	-3.768,8	
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-938,2	-1.119,7	-983,7	
V. TOTAL (I+II+III+IV)	137.180,9	180.828,4	164.631,2	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	12,6%	15,3%	13,9%	

O estoque da DPFe caiu significativamente (R\$ 16,8 bilhões) em dezembro relativamente ao mês anterior, em função principalmente da valorização cambial e de pagamentos ao Clube de Paris.

Em dezembro, o montante pago relativo ao serviço da dívida externa foi de R\$ 2,1 bilhões, dos quais R\$ 1,4 bilhão referiu-se ao pagamento de principal. Do total despendido em dezembro, a maior parte (R\$ 1,3 bilhão) referiu-se aos pagamentos junto ao Clube de Paris, R\$ 563,0 milhões a bancos privados/agências governamentais e R\$ 243,2 milhões a pagamentos a organismos multilaterais (BIRD e BID), conforme demonstrado na tabela 10. Quanto à execução financeira em 2001, os pagamentos alcançaram R\$ 25,9 bilhões, dos quais, R\$ 11,4 bilhões em amortizações e R\$ 14,5 bilhões em juros e encargos. Cabe destacar, ainda, que cerca de 68,25% destes pagamentos foram relativos à dívida mobiliária externa (vide tabela 10).

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
Brasil, 2001

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal		Juros e Encargos		Total	
	Dez	Ano	Dez	Ano	Dez	Ano
I. Encargos Totais	1.428,7	11.420,4	718,7	14.518,11	2.147,4	25.938,5
I.1. Organismos Multilaterais	0,9	1.306,5	242,3	1.634,29	243,2	2.940,8
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	461,3	2.155,6	101,7	478,82	563,0	2.634,4
I.3. Clube de Paris	966,5	1.860,7	374,2	799,91	1.340,7	2.660,6
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	6.097,7	0,5	11.605,08	0,5	17.702,8

Foram pagos no mês R\$ 2,1 bilhões entre principal, juros e encargos da dívida externa.

Em dezembro, a composição da DPFe não apresentou alterações significativas, sendo que os principais componentes (bônus de renegociação – *Bradies* – e bônus de captação) apresentaram participação de 26,9% e 46,6% respectivamente, perfazendo a maior parte da DPFe (73,5%).

Composição

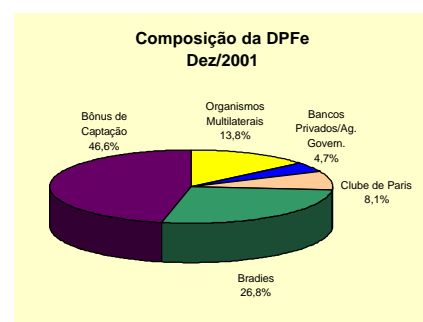
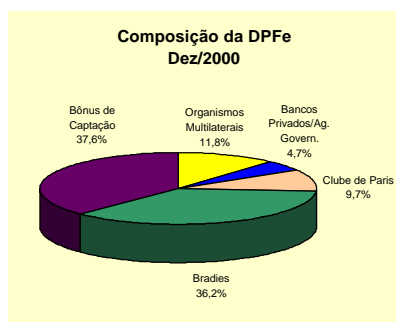
A despeito da ausência de mudanças significativas neste último mês, vale mencionar que no decorrer do ano foram alcançados resultados positivos no que tange à estratégia de substituição gradual dos títulos da dívida renegociada (*Bradies*) por novos bônus. Mesmo com a crise que atingiu a economia mundial em 2001, a República do Brasil realizou, com sucesso, oito operações de emissões distintas no mercado internacional. Estas emissões totalizaram US\$ 8,9 bilhões, dos quais US\$ 6,8 bilhões para captação de novos recursos e US\$ 2,1 bilhões para troca de títulos da dívida renegociada (*Bradies*).

Em 2001, foram realizadas emissões no mercado internacional de US\$ 8,9 bilhões, sendo US\$ 6,8 bilhões para captação de novos recursos e US\$ 2,1 bilhões para troca de títulos da dívida renegociada (*Bradies*).

Boxe 3 - Características dos Títulos Brasileiros Emitidos no Exterior em 2001				
Bônus	Data de Emissão	Data de Vencimento	Volume (em milhões)	
			Moeda de Emissão	Dólar
Global 2006	11/01/01	11/01/06	USD 1.500	1.500
Euro 2011	24/01/01	24/01/11	EUR 1.000	952
Global 2024	22/03/01	15/04/24	USD 2.150	2.150
Samurai 2007	10/04/01	10/04/07	JPY 80.000	653.8
Global 2007 (reabertura)	17/04/01	26/07/07	USD 500	500
Euro 2005 (reabertura)	09/05/01	05/07/05	EUR 500	564
Global 2005	17/05/01	15/07/05	USD 1.000	1.000
Samurai 08/2003	30/08/01	28/08/03	JPY 200.000	1.675

Em função das operações mencionadas, a participação da dívida renegociada no total da DPFe reduziu-se em 9,3 pontos percentuais no ano 2001, enquanto que a dos bônus de captação aumentou em 9,0% no mesmo período. A emissão do bônus Global 2024 no montante de US\$ 2,2 bilhões em março de 2001 influenciou fortemente tal movimento, quando foram retirados do mercado US\$ 2,2 bilhões em *Bradies*, dos quais US\$ 1,2 bilhão de *Discount Bonds*, US\$ 682,0 milhões em *Par Bonds*, US\$ 262,0 milhões de *C-Bonds* e US\$ 44,0 milhões de *Debt Conversion Bonds*.

A participação da dívida renegociada no total da DPFe reduziu-se em 9,3 pontos percentuais no ano 2001, enquanto que a dos bônus de captação aumentou em 9% no mesmo período.



**Prazo e Custo
Médios**

Em função da não ocorrência de fatores significativos que alterassem o estoque da dívida mobiliária externa, os indicadores de prazo médio e custo médio permaneceram praticamente estáveis, tendo o prazo médio diminuído de 6,80 para 6,72 anos.

No ano, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa apresentou ligeira queda, de 7,19 anos em dezembro de 2000 para 6,72 anos no mesmo mês em 2001, tendo o prazo médio dos bônus de captação passado de 7,47 anos em dezembro de 2000 para 6,84 anos em dezembro de 2001.

Com relação ao custo médio, este apresentou comportamento bastante favorável em 2001, com queda de 0,77 pontos percentuais, em função principalmente da redução do custo médio dos títulos da dívida renegociada, o qual passou de 7,54% a.a. em dezembro de 2000 para 5,19% a.a. no mesmo mês em 2001.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA
PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2000/2001

Título	2000			2001		
	Dez	Nov	Dez	Dez	Nov	Dez
Prazo Médio (anos)	7,19	6,80	6,72	6,72	6,80	7,19
Bônus de Renegociação	6,91	6,60	6,51	6,51	6,60	6,91
Bônus de Captação	7,47	6,91	6,84	6,84	6,91	7,47
Globais	9,09	8,49	8,41	8,41	8,49	9,09
Euros	3,82	3,93	3,84	3,84	3,93	3,82
Demais	3,20	2,82	2,75	2,75	2,82	3,20
Custo Médio (% a.a.) *	9,07	8,28	8,30	8,30	8,28	9,07
Bônus de Renegociação	7,54	5,19	5,19	5,19	5,19	7,54
Bônus de Captação	10,53	10,06	10,09	10,09	10,06	10,53
Globais	11,32	11,04	11,04	11,04	11,04	11,32
Euros	9,92	9,94	9,94	9,94	9,94	9,92
Demais	6,01	5,04	5,08	5,08	5,04	6,01

* Custo Médio em dólares.

Os indicadores de prazo médio e custo médio permaneceram praticamente estáveis em dezembro.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Dez/2000	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2001
I. RECEITA TOTAL	25.634,7	22.692,7	18.478,0	21.645,2	24.671,8	23.407,9	20.937,7	21.973,1	22.579,2	21.205,8	23.496,3	22.309,3	28.868,6
I.1. Receitas do Tesouro	17.964,5	18.073,2	13.698,3	16.997,8	19.889,4	18.489,5	15.895,3	16.989,3	17.527,0	16.294,3	18.423,9	17.223,1	20.272,6
I.1.1 Receita Bruta	18.495,8	18.440,0	14.040,5	17.277,6	20.079,7	18.607,3	16.866,2	18.065,1	18.658,8	16.699,2	19.042,8	17.718,9	20.604,5
- Impostos	9.169,3	8.718,7	6.378,4	7.607,4	8.454,6	7.956,2	7.810,6	8.436,4	8.192,8	7.673,3	8.903,3	7.686,5	9.522,6
- Contribuições	7.732,4	8.069,5	6.514,6	7.116,4	7.660,5	7.614,2	7.577,3	7.881,4	7.922,3	7.510,6	8.349,9	8.105,9	8.423,6
- Demais	1.594,1	1.651,9	1.147,6	2.553,8	3.964,6	3.036,9	1.478,3	1.747,3	2.543,7	1.515,3	1.789,5	1.926,5	2.658,3
I.1.2. (-) Restituições	-459,6	-314,1	-285,8	-250,6	-126,8	-100,7	-971,0	-1.075,8	-1.131,8	-404,9	-618,8	-495,8	-320,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-63,5	-17,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5
I.2. Receitas da Previdência Social	7.670,2	4.619,6	4.779,7	4.647,4	4.782,3	4.918,4	5.042,4	4.983,8	5.052,2	4.911,5	5.072,3	5.086,2	8.595,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.619,0	4.357,6	3.820,3	3.319,4	3.632,5	4.305,2	3.606,1	3.538,5	3.668,3	3.858,7	3.561,5	4.136,9	4.219,6
II.1. Transferências Constitucionais	3.088,3	3.541,4	2.909,5	2.562,5	3.008,6	3.363,1	2.968,4	2.680,9	2.817,3	3.028,6	2.903,5	3.009,6	3.622,0
II.2. Lei Complementar 87/96	195,0	298,7	298,7	298,7	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.3. Demais	335,7	517,5	612,1	458,3	325,5	643,6	339,3	559,2	552,5	531,7	359,6	828,9	299,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	22.015,7	18.335,1	14.657,7	18.325,8	21.039,3	19.102,8	17.331,5	18.434,6	18.910,9	17.347,0	19.934,8	18.172,4	24.648,9
IV. DESPESA TOTAL	23.844,5	15.741,6	14.001,2	14.674,8	14.353,4	15.542,2	15.702,3	17.126,1	16.398,0	15.687,5	17.513,4	17.247,6	29.179,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.725,7	5.953,1	4.913,3	4.782,2	4.863,6	4.752,8	5.304,5	6.261,6	4.787,3	4.806,0	4.785,4	5.223,1	7.761,6
IV.1.1. INSS	409,5	310,6	243,0	242,9	236,3	235,2	284,7	351,4	253,9	238,4	223,8	277,5	355,7
IV.1.2. Demais	6.316,1	5.642,5	4.670,3	4.539,2	4.627,3	4.517,6	5.019,9	5.910,1	4.533,4	4.567,6	4.561,5	4.945,5	7.405,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	9.715,0	5.260,0	5.301,8	5.448,1	5.464,8	5.798,1	5.835,7	6.120,6	6.092,5	6.019,1	6.026,7	6.676,9	11.283,8
IV.3. Custeio e Capital	7.403,9	4.528,5	3.786,1	4.444,6	4.025,1	4.991,4	4.562,0	4.743,9	5.518,2	4.862,4	6.701,3	5.347,7	10.134,1
IV.3.1. Despesa do FAT	430,9	424,2	322,8	604,9	312,2	637,2	312,4	698,6	942,2	563,1	604,9	621,5	571,4
- Abono e Seguro Desemprego	381,7	380,7	269,8	473,3	178,9	583,7	280,9	650,8	760,8	483,4	540,7	556,6	475,3
- Demais Despesas do FAT	49,2	43,5	53,0	131,6	133,3	53,5	31,5	47,8	181,4	79,7	64,3	64,9	96,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	372,2	200,1	335,6	346,5	205,1	327,9	326,1	101,5	532,1	138,1	1.240,6	91,1	652,6
- Operações Oficiais de Crédito	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	1.188,5	5,5	559,2
- Subvenções aos Fundos Regionais	43,1	99,5	100,1	75,5	86,3	49,8	223,7	14,0	-2,0	72,9	52,1	85,7	93,4
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.600,8	3.904,2	3.127,8	3.493,2	3.507,7	4.026,2	3.923,5	3.943,8	4.043,8	4.161,3	4.855,8	4.635,0	8.910,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	-1.828,8	2.593,5	656,5	3.650,9	6.685,8	3.560,5	1.629,2	1.308,5	2.512,9	1.659,5	2.421,3	924,8	-4.530,7
V.1. Tesouro Nacional	216,0	3.233,9	1.178,6	4.451,6	7.368,3	4.440,2	2.422,5	2.445,2	3.553,2	2.767,1	3.375,7	2.515,4	-1.842,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-2.044,8	-640,5	-522,1	-800,6	-682,4	-879,7	-793,3	-1.136,7	-1.040,3	-1.107,7	-954,4	-1.590,7	-2.687,9
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-106,8	-30,3	-73,5	-43,3	-76,5	-57,0	-28,0	-33,8	-42,0	-76,8	-50,8	-58,9	-75,3
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	-1.935,5	2.563,2	583,0	3.607,6	6.609,4	3.503,5	1.601,2	1.274,7	2.470,9	1.582,6	2.370,6	865,9	-4.606,0
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-640,8	66,4	473,4	273,8	-108,5	508,2	-193,7	-13,3	0,2	369,7	-479,7	-20,1	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	-2.576,3	2.629,6	1.056,4	3.881,5	6.500,8	4.011,7	1.407,6	1.261,4	2.471,0	1.952,4	1.890,9	845,8	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-3.102,5	-6.769,1	-6.446,2	-8.201,4	-6.867,5	-10.895,3	-1.432,9	-12.233,9	-11.645,1	-9.396,1	-7.628,0	7.443,3	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-5.678,8	-4.139,5	-5.389,8	-4.320,0	-366,6	-6.883,7	-25,3	-10.972,5	-9.174,1	-7.443,7	-5.737,2	8.289,1	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Dez/2000	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2001
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	28.247,7	19.255,9	21.656,8	19.627,8	22.348,2	23.341,8	21.405,3	21.564,5	23.878,2	21.714,8	22.714,8	24.046,0	30.554,8
I.1 - Recolhimento Bruto	19.294,7	13.077,6	15.789,3	13.617,3	15.887,0	17.122,6	14.968,6	15.146,8	17.008,5	15.370,8	15.688,9	17.579,5	20.292,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-64,0	-16,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	723,3	597,2	658,3	752,3	1.279,6	705,2	805,2	704,8	718,6	746,8	1.315,6	683,3	753,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	238,6	557,2	116,5	268,8	106,2	225,1	162,9	312,2	666,5	180,0	268,2	292,1	378,9
I.5 - Receita do Salário Educação	113,9	169,2	109,6	119,5	124,7	109,9	114,5	124,4	125,4	115,5	117,5	119,5	124,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	7.940,9	4.902,5	5.034,7	4.895,2	5.010,0	5.189,1	5.349,2	5.270,6	5.353,1	5.296,0	5.318,9	5.365,7	9.009,1
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	8,2	4,9	4,7	4,0	4,8	6,6	5,0	5,7	6,2	5,7	5,7	5,8	7,7
II. DESPESAS	30.517,9	23.314,1	19.941,5	17.749,9	23.462,4	23.966,7	25.052,7	26.428,4	21.769,6	21.200,7	24.622,3	22.602,8	33.639,9
II.1 - Liberações Vinculadas	4.103,9	5.368,2	4.563,1	3.879,5	4.403,7	4.951,3	4.445,2	4.137,4	4.483,9	4.459,4	4.367,6	4.023,2	5.665,8
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.236,3	3.823,1	3.097,6	2.727,5	3.202,6	3.581,3	3.157,7	2.853,1	2.998,6	3.224,7	3.090,9	3.204,3	3.852,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	189,6	201,2	398,7	154,4	165,9	330,6	166,2	189,8	406,8	194,0	252,5	459,7	180,3
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	194,8	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.1.4 - Outras Vinculações	483,2	1.045,4	768,3	699,2	736,7	740,9	822,9	796,0	780,1	742,3	725,7	60,7	1.334,9
II.2 - Liberações Ordinárias	26.413,9	17.945,9	15.378,4	13.870,4	19.058,8	19.015,5	20.607,4	22.291,0	17.285,6	16.741,3	20.254,8	18.579,6	27.974,1
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.763,5	5.701,6	4.741,6	4.845,5	4.871,9	5.179,9	6.518,2	4.720,2	4.781,7	4.677,4	4.144,8	5.256,1	7.908,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	925,7	641,1	1.043,7	438,4	3.645,4	367,0	814,8	3.910,9	933,2	777,8	4.121,9	921,5	-723,0
i) Dívida Contratual Interna	233,1	210,1	60,7	27,6	128,5	120,6	186,6	2.764,5	15,8	97,5	543,5	1,5	-978,3
ii) Dívida Contratual Externa	692,6	431,0	983,0	410,8	3.516,9	246,3	628,1	1.146,4	917,3	680,3	3.578,4	920,0	255,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	883,5	2.974,8	1.667,7	-229,2	1.286,0	3.305,0	3.796,3	3.861,9	1.071,9	160,9	1.014,0	866,3	1.741,7
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	9.765,9	5.691,8	5.148,9	5.128,9	5.753,3	6.015,8	5.768,1	6.061,7	5.997,4	6.451,4	6.382,3	6.411,7	10.611,8
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.538,6	2.587,4	2.429,1	3.310,1	3.305,0	3.754,3	3.507,6	3.518,3	3.869,6	4.437,0	4.280,3	4.861,3	7.509,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	536,6	349,1	347,5	376,6	197,2	393,6	202,4	218,0	631,9	236,8	311,4	262,7	926,4
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-2.270,1	-4.058,2	1.715,3	1.877,9	-1.114,2	-625,0	-3.647,3	-4.863,9	2.108,6	514,1	-1.907,5	1.443,2	-3.085,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	12.911,1	34.003,7	8.861,0	6.158,4	12.014,2	21.441,7	26.751,4	18.988,0	14.969,2	14.663,9	24.725,1	13.656,5	10.112,3
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	9.669,4	28.452,0	7.781,2	5.209,9	10.268,5	20.928,9	23.533,3	18.647,5	12.576,0	14.321,6	24.205,3	13.263,2	9.548,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	3.241,7	5.551,7	1.079,8	948,5	1.745,6	512,8	3.218,1	340,5	2.393,2	342,3	519,8	393,3	563,9
V. DESPESAS	6.217,3	22.231,7	7.799,7	929,3	9.712,6	422,1	27.051,4	30.825,8	17.888,2	8.935,2	16.027,7	12.653,1	10.815,2
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	3.268,2	20.587,7	7.156,7	-145,2	8.424,4	41,0	25.335,8	28.295,3	17.103,0	9.219,4	11.053,8	10.892,4	9.004,0
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	2.949,1	1.644,1	643,0	1.074,5	1.288,1	381,2	1.715,6	2.530,5	785,2	-284,2	4.973,9	1.760,7	1.811,2
V.2.1 - Dívida Interna	341,1	1.562,8	220,7	37,4	207,4	167,1	328,9	2.364,2	423,8	-621,2	1.433,5	6,6	296,2
V.2.2 - Dívida Externa	2.608,0	81,3	422,3	1.037,1	1.080,8	214,0	1.386,6	166,3	361,4	337,1	3.540,5	1.754,1	1.515,1
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	6.401,2	7.864,3	624,5	5.355,1	1.844,1	20.888,0	-1.802,6	-9.647,8	-4.527,0	5.102,2	13.151,4	2.370,8	544,4
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	10.940,1	-5.826,4	4.616,9	10.646,0	1.882,8	26.548,6	-1.137,9	-14.868,4	473,0	12.744,7	5.440,0	2.175,4	-4.428,9

(*) Dados retificados

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOIRO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Dez/2000	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2001
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	10.198,7	3.384,4	6.362,0	3.943,3	2.617,7	10.674,0	5.253,0	6.439,0	7.293,5	8.646,1	7.053,3	5.850,4	2.493,9
I.1. Emissão de Títulos	9.099,6	2.407,2	5.152,9	2.823,1	0,0	9.137,6	2.784,2	4.599,4	5.202,8	5.423,2	6.151,0	5.851,9	3.375,4
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.076,4	952,2	1.161,8	1.052,5	1.362,0	1.448,4	2.334,0	1.716,5	1.955,8	2.999,4	835,2	-4,4	-342,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	22,7	24,9	47,3	67,7	118,1	87,9	134,9	123,1	134,9	223,4	67,0	2,9	-538,6
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	1.137,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	3.682,3	16.924,6	4.521,7	404,4	1.922,3	4.519,9	2.443,6	4.605,6	6.010,2	2.144,1	8.403,1	6.121,6	3.134,8
II.1. Resgate de Títulos	3.346,6	16.137,6	4.265,8	175,4	1.658,1	4.019,6	2.162,6	4.136,1	5.204,8	1.886,1	7.585,1	5.504,8	2.195,0
II.2. Encargos da DPMF	335,7	787,0	255,8	229,0	264,2	500,3	281,0	469,6	805,4	258,0	818,0	616,7	939,8
III. RESULTADO (I - II)	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Dez/2000	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2001
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	14,4	15,1	16,0	14,3	17,2	14,3	12,9	10,3	15,4	4,0	13,1	18,0	30,2
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	21,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	23,3	0,0	0,0	0,0	42,2
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	15,5	-6,2	33,8	125,8	22,3	95,2	52,5	40,1	17,9	-14,2	16,5	-51,1	18,9
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	0,5	0,3	0,0	0,2	0,2	0,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-6,2	-24,4	33,6	115,2	16,6	88,9	46,2	32,6	10,6	-29,3	1,3	-51,3	-11,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	21,5	18,0	0,0	10,5	5,4	6,3	6,0	7,0	7,0	15,0	15,0	0,0	30,2
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	19,4	36,2	51,3	19,7	21,5	21,7	25,1	33,1	69,4	25,0	19,1	19,0	155,5
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	268,5	55,5	113,5	111,2	57,8	124,7	5,3	2,4	408,2	50,4	46,3	19,5	296,8
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	11,3	0,0	0,0	0,0	0,0	22,4	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,5
VII. TOTAL	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	95,1	5,5	559,2

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO (*)

R\$ milhões

	Dez/2000	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2001
I. DÍVIDA INTERNA	107.109,7	98.744,1	97.272,6	101.056,7	104.563,7	94.366,1	99.804,6	89.866,3	87.823,6	92.828,4	102.760,8	107.797,6	119.360,2
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8	471.080,5	475.473,4	485.941,4
Dívida Bancária	40.343,3	40.270,5	40.301,7	40.239,1	40.269,1	40.276,5	40.299,3	27.260,1	25.990,0	25.989,3	26.419,0	26.459,0	25.355,0
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	18.739,6	17.574,2	17.137,5	17.031,8	16.551,2	16.697,6	15.378,5	13.113,4	13.305,9	13.017,4	11.170,0	11.287,2	10.803,5
CVS	6.733,7	6.807,9	6.810,6	6.841,9	9.420,8	9.400,6	10.938,2	4.927,3	6.054,4	6.041,3	6.053,7	6.107,6	8.471,7
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.550,9	2.531,1	2.515,5	2.505,8	2.488,5	2.468,8	2.492,8	2.478,6	2.448,6	2.422,4	2.347,5	2.291,2	2.276,5
Certificados de Privatização	39,0	39,1	39,1	39,2	39,2	39,3	39,3	39,4	39,6	39,0	39,1	39,2	39,2
INSS	-10.244,6	-10.322,5	-10.373,1	-10.408,4	-10.491,3	-10.609,8	-10.546,7	-10.700,7	-10.874,1	-10.970,9	-11.012,6	-11.172,2	-11.257,1
Lei 7.976/89	-10.058,1	-10.024,3	-10.286,5	-10.676,3	-10.886,3	-11.434,7	-10.913,6	-11.207,2	-11.585,2	-12.082,0	-12.308,8	-11.487,3	-10.316,5
Bônus Renegociação	-18.667,6	-18.946,2	-19.733,8	-20.801,1	-20.033,5	-20.223,3	-20.263,9	-20.355,9	-21.260,6	-22.190,0	-22.333,3	-20.836,9	-18.988,0
Lei 8.727/93	-44.482,5	-44.424,9	-44.472,2	-44.415,0	-44.461,6	-44.493,1	-44.534,9	-44.433,6	-44.576,5	-44.638,8	-45.083,0	-46.321,3	-46.429,7
Lei 9.496/97	-136.730,7	-137.915,3	-138.469,8	-139.139,9	-140.470,6	-142.313,4	-143.271,5	-145.557,4	-148.094,7	-149.746,2	-150.754,9	-153.189,0	-154.222,1
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-18.099,6	-18.275,5	-18.374,5	-18.435,3	-18.579,5	-18.795,5	-18.880,8	-19.150,2	-19.514,1	-19.700,0	-19.795,4	-20.105,4	-20.279,5
Recebíveis das Estatais	-18.872,3	-18.778,9	-19.093,1	-19.866,1	-20.038,4	-20.648,2	-32.581,9	-31.339,9	-29.734,2	-30.143,0	-30.625,4	-30.746,4	-30.394,9
Outros	-16.595,6	-16.776,0	-16.943,4	-17.315,1	-17.357,8	-17.409,5	-17.462,1	-17.600,5	-17.569,8	-18.049,9	-18.179,6	-18.180,1	-18.142,7
Fat	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3
Demais Entidades	-22.508,8	-22.873,6	-23.148,2	-22.657,4	-22.595,8	-23.222,3	-23.330,3	-22.199,7	-22.958,3	-23.138,8	-23.329,7	-23.470,8	-23.736,5
Créditos das Operações Oficiais	-10.005,1	-10.134,1	-10.399,2	-10.876,5	-11.102,4	-11.814,8	-11.522,1	-11.750,7	-12.197,0	-12.682,0	-12.676,0	-12.126,6	-11.554,5
Arrecadação a Recolher	-292,0	-4.491,0	-1.919,0	-2.540,0	-3.193,0	-2.094,0	-2.227,8	-4.112,4	-2.684,1	-2.693,0	-4.725,0	-3.015,4	-4.503,2
II. DÍVIDA EXTERNA	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2
Dívida Mobiliária	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9
Títulos Depositados em Garantias	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8
Dívida Contratual	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8
Disponibilidades	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	244.290,6	241.021,4	244.420,6	254.474,3	263.092,5	268.115,7	264.649,5	263.673,7	276.236,9	289.864,7	300.313,7	288.626,0	283.991,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,5%	22,0%	22,2%	22,8%	23,4%	23,6%	23,2%	23,0%	24,0%	25,0%	25,7%	24,5%	23,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREIRO NACIONAL

R\$ milhões

	Dez/2000	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2001
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	51.776,8	50.562,2	52.374,7	50.674,6	50.355,9	54.396,4	46.781,6	48.602,1	51.008,9	53.314,3	53.067,8	49.570,6	45.487,3
Brazil Investment Bond (BIB)	787,2	793,6	823,4	836,8	845,7	913,6	892,3	941,2	987,8	992,7	1.006,0	939,7	862,3
Interest Due and Unpaid (IDU)	1.615,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Par Bond (PB)	5.820,2	5.866,9	5.999,2	4.866,6	4.918,7	5.313,3	4.943,0	5.214,1	5.472,3	5.685,2	5.761,4	5.381,8	4.938,4
Discount Bond (DB)	6.700,0	6.753,8	7.007,7	4.899,6	4.952,0	5.349,4	5.147,3	5.429,6	5.698,5	5.965,6	6.045,5	5.647,1	5.182,0
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.247,6	1.257,6	1.304,9	1.379,2	1.393,9	1.505,7	1.427,8	1.506,1	1.580,7	1.654,8	1.676,9	1.566,4	1.437,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	13.428,9	13.536,7	14.045,6	14.280,3	14.432,9	15.591,0	15.227,0	16.062,1	16.857,5	17.647,6	17.884,1	16.705,5	15.329,4
Debt Conversion Bond (DCB)	12.469,5	12.568,0	13.040,5	13.680,7	13.826,9	14.936,4	9.309,7	9.285,4	9.745,2	10.201,4	10.338,1	9.656,8	8.861,4
New Money Bond (NMB)	3.508,5	3.536,7	3.669,6	3.878,5	3.689,3	3.985,4	3.876,0	4.088,5	4.291,0	4.492,1	4.267,8	3.986,6	3.658,2
Eligible Interest (EI)	6.199,1	6.248,9	6.483,8	6.852,8	6.296,4	6.801,6	6.958,4	6.075,1	6.376,0	6.674,8	6.087,8	5.686,7	5.218,2
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	53.742,5	58.831,1	60.842,5	67.587,2	70.880,9	79.285,8	77.338,1	82.102,6	91.487,0	95.685,6	96.518,6	86.409,5	78.995,6
Bônus Samurai	511,5	522,0	522,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global	1.466,6	1.478,3	1.533,9	1.621,2	1.638,5	1.770,0	1.728,7	1.823,5	1.913,8	2.003,5	2.030,3	-	-
Bônus Marco Alemão 2007	939,7	940,7	965,1	976,3	990,6	1.021,0	1.001,8	1.088,2	1.189,1	1.242,8	1.245,8	1.137,7	1.052,9
Bônus Paralel Florim	280,2	280,5	287,8	291,1	295,4	304,4	298,7	324,5	354,6	370,6	371,4	339,2	313,9
Bônus Paralel Franc	333,6	334,0	342,6	346,6	351,7	362,5	356,6	386,3	422,1	441,2	442,3	403,9	373,8
Bônus Paralel Xelim	267,1	267,4	274,4	277,5	281,6	290,3	284,8	309,3	338,0	353,3	354,1	323,4	299,3
Bônus Global 2027	6.843,9	6.898,9	7.158,2	7.565,6	7.646,5	8.260,0	8.067,2	8.509,6	8.931,0	9.349,6	9.474,9	8.850,5	8.121,4
Bônus EuroIra	711,9	712,6	731,1	739,6	750,4	773,5	758,9	824,2	900,8	941,4	943,7	861,8	797,6
Bônus Eurosterling 2007	438,7	433,1	443,6	463,5	469,8	502,7	490,0	520,7	557,6	591,3	591,9	537,1	506,1
Bônus Euro 2003	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.170,4	1.219,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8
Bônus Global 2008	704,8	705,5	723,8	732,2	743,0	765,8	751,3	816,1	891,8	932,1	934,3	853,3	789,7
Bônus Marco Alemão 2008	2.444,3	2.463,9	2.556,5	2.702,0	2.730,9	2.950,0	2.881,1	3.039,1	3.189,6	3.339,1	3.389,9	3.160,9	2.900,5
Bônus Global 2004	5.866,2	5.913,3	6.135,6	6.484,8	6.554,1	7.080,0	6.914,7	7.293,9	7.655,1	8.013,9	8.121,3	7.586,1	6.961,2
Bônus Euro 2002	1.473,4	1.475,0	1.513,2	1.530,8	1.553,3	1.601,1	1.570,9	1.706,3	1.864,5	1.948,7	1.953,3	1.783,9	1.650,9
Bônus Euro 2004	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.165,3	1.219,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8
Bônus Global 2009	3.910,8	3.942,2	4.090,4	4.323,2	4.369,4	4.720,0	4.609,8	4.862,6	5.103,4	5.342,6	5.414,2	5.057,4	4.640,8
Bônus Euro 2006	1.289,2	1.290,6	1.324,1	1.339,5	1.359,1	1.400,9	1.374,5	1.493,0	1.631,4	1.705,1	1.709,2	1.560,9	1.444,5
Bônus Euro 2001	1.105,0	1.106,2	1.134,9	1.148,1	1.165,0	1.200,8	1.178,2	1.279,7	1.398,4	1.461,5	1.465,0	-	-
Bônus Global 2020	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4
Bônus Euro 2010	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7
Bônus Global 2030	3.128,6	3.153,8	3.272,3	3.458,6	3.495,5	3.776,0	3.687,8	3.890,1	4.082,7	4.274,1	4.331,4	4.045,9	3.712,6
Bônus Samurai 2003	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	5.574,7	5.803,3	5.743,7	5.326,0	4.595,7
Bônus Euro 2005	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	2.501,7	2.454,5	2.666,0	2.913,3	3.044,8	3.052,1	2.787,4	2.579,5
Bônus Global 2007	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4
Bônus Global 2040	10.084,6	10.165,6	10.547,7	11.148,0	11.267,2	12.171,3	11.887,1	12.539,0	13.159,9	13.776,7	13.961,4	13.041,3	11.967,0
Bônus Euro 2007	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7
Bônus Samurai 2006	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	1.286,5	1.339,2	1.325,5	1.229,1	1.060,5
Bônus Global 2006	-	2.956,7	3.067,8	3.242,4	3.277,1	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.827,6	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6
Bônus Euro 2011	-	1.843,7	1.891,5	1.913,5	1.941,6	2.001,3	1.963,6	2.132,8	2.330,6	2.435,8	2.441,7	2.229,9	2.063,6
Bônus Global 2024	-	-	-	4.647,4	4.697,1	5.074,0	4.955,5	5.227,3	5.486,2	5.743,3	5.820,3	5.436,7	4.988,9
Bônus Samurai 2007	-	-	-	-	1.412,4	1.582,0	1.475,9	1.552,8	1.715,3	1.785,6	1.767,3	1.638,8	1.414,1
Bônus Global 2005	-	-	-	-	-	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8
III. DÍVIDA CONTRATUAL	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7
V. TOTAL (I+II+III+IV)	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,6%	13,0%	13,3%	13,8%	14,1%	15,3%	14,5%	15,2%	16,4%	17,0%	16,9%	15,3%	13,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Dez/2000	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2001
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	528.502,9	537.388,0	539.415,9	552.088,0	555.623,2	557.671,0	587.200,6	607.748,8	611.650,5	628.931,3	657.074,6	660.916,1	670.226,5
I. Dívida em Poder do Público	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8	471.080,5	475.473,4	485.941,4
LTN	75.438,0	74.086,8	71.940,0	75.490,9	68.038,1	63.185,5	62.933,6	60.659,9	58.072,5	57.183,2	52.859,2	51.191,1	48.806,7
LFT	204.850,2	206.989,3	209.985,4	213.532,9	223.188,7	219.456,4	237.317,6	252.996,8	254.034,3	255.029,6	260.464,3	266.019,8	275.243,1
LFT-A	19.478,4	19.610,3	19.693,3	19.809,6	19.939,7	20.086,0	20.219,2	20.398,0	20.598,6	20.742,9	20.931,8	20.935,2	20.960,6
LFT-B	36.530,1	32.697,9	30.806,0	30.723,2	30.388,1	29.828,1	29.864,2	30.002,0	30.145,1	29.952,1	30.019,8	29.989,8	29.953,5
LFT-E	914,1	925,7	935,1	946,9	958,1	681,2	434,1	440,6	447,6	453,6	460,5	-	-
NTN-A	8.874,0	8.937,1	9.287,4	9.776,4	9.987,0	10.808,0	10.577,5	11.157,8	11.909,2	12.475,5	12.374,5	11.447,7	10.713,7
NTN-C	7.022,5	12.141,4	14.983,4	15.950,5	17.478,4	19.408,2	20.409,6	21.252,2	22.454,4	23.400,6	24.872,1	25.961,4	26.781,6
NTN-D	15.000,5	13.389,9	11.167,5	10.879,1	11.173,0	11.097,5	11.672,9	12.638,7	11.923,6	20.941,2	35.460,5	37.820,0	39.204,3
NTN-H	2.386,4	2.388,3	2.390,5	2.407,9	2.086,1	2.089,6	2.093,1	2.097,4	1.830,4	1.580,1	1.704,4	1.286,1	212,6
NTN-I	1.782,7	1.773,8	1.798,5	1.860,4	1.860,9	2.026,2	1.942,7	2.014,5	2.433,4	2.693,5	2.728,7	1.926,3	1.260,5
NTN-P	11.109,3	11.178,8	11.234,8	11.308,7	11.379,8	11.442,9	11.561,3	11.645,4	11.744,5	11.844,2	11.936,5	11.942,4	12.103,0
CFT-A	11.418,6	11.699,3	11.528,2	11.504,2	11.524,3	11.589,3	11.602,4	11.736,2	11.942,3	11.955,0	11.891,0	11.928,3	11.945,5
CFT-D	1.948,0	1.985,3	2.036,9	2.145,7	2.147,3	2.407,3	2.197,2	2.689,2	2.705,1	2.887,3	2.974,2	2.705,0	1.836,2
Demais	2.110,0	2.154,7	2.164,6	2.232,3	2.193,3	2.279,7	2.294,2	2.300,3	2.415,0	2.467,1	2.402,9	2.320,3	6.920,1
II. Dívida com BACEN	129.640,1	137.429,3	139.464,3	143.519,3	143.280,3	151.285,1	162.081,1	165.719,8	168.994,6	175.325,5	185.994,1	185.442,7	184.285,2
LTN	37.245,7	28.589,8	29.623,2	31.764,0	31.165,2	32.689,6	34.422,5	31.256,3	30.707,7	30.125,5	28.028,8	25.699,9	27.962,0
LFT	31.186,1	34.546,3	34.416,7	35.478,9	35.407,7	39.941,1	39.945,0	44.670,6	46.039,7	46.123,6	46.297,9	46.401,8	46.499,7
LFT-A	58.804,7	59.151,7	59.592,4	59.688,5	59.983,3	60.367,6	60.711,1	61.190,6	61.732,5	62.104,5	62.608,8	63.023,2	63.437,0
NTN-A	1.797,1	1.794,9	1.890,0	1.824,4	1.826,0	1.837,8	1.849,3	1.861,1	2.222,9	1.628,1	2.133,1	1.702,1	1.836,1
NTN-D	-	12.739,3	13.335,3	14.156,3	14.290,7	15.840,5	24.544,2	26.130,3	27.678,7	34.730,1	46.310,0	47.999,4	43.933,4
Demais	606,5	607,3	606,6	607,3	607,5	608,5	609,0	610,8	613,1	613,7	615,4	616,2	616,9
Dívida em Poder do Público/PIB	36,7%	36,5%	36,2%	36,6%	36,6%	35,8%	37,3%	38,6%	38,4%	39,2%	40,3%	40,3%	40,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Dez/2000	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez/2001
I. INTERNA	-76.111,5	-78.348,8	-79.418,8	-79.696,0	-79.933,5	-81.066,5	-82.257,8	-83.773,3	-84.580,7	-85.390,9	-86.854,9	-86.679,4	-87.438,9
Dívida contratual	714,0	832,0	861,9	878,1	881,0	913,5	886,0	907,8	630,4	652,6	655,1	620,4	581,9
FAT	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3
Aplicações financeiras	-2.388,7	-2.486,8	-2.601,4	-2.694,8	-2.450,5	-2.565,8	-2.302,1	-2.143,8	-2.213,9	-2.206,2	-2.172,0	-2.066,5	-1.951,7
Fundos Regionais	-13.429,8	-13.711,4	-13.900,9	-14.093,3	-14.305,3	-14.579,6	-14.653,0	-14.922,4	-15.219,0	-15.457,7	-15.716,2	-15.950,7	-16.214,6
Demais	-7.404,2	-7.507,4	-7.507,8	-6.747,4	-6.721,1	-6.990,4	-7.261,2	-6.041,2	-6.155,7	-6.127,5	-6.096,5	-6.074,0	-6.152,1
II. EXTERNA	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7
Disponibilidades	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-77.049,8	-79.260,2	-80.345,7	-80.684,0	-80.919,8	-82.068,8	-83.244,9	-84.838,1	-85.645,7	-86.553,0	-87.995,2	-87.799,0	-88.422,6
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,1%	-7,2%	-7,3%	-7,2%	-7,2%	-7,2%	-7,3%	-7,4%	-7,4%	-7,5%	-7,5%	-7,5%	-7,4%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em dezembro, foram 21,3% maiores que os valores distribuídos no mês de novembro/2001.

Contribuiu para isso, em grande parte, a arrecadação do IRRF - Trabalho Assalariado, relativa ao 13º Salário pago no período de 01 a 20 de dezembro de 2001.

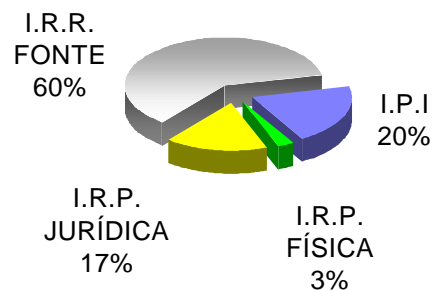
Com referência ao mesmo mês de 2000, o FPM e o FPE apresentaram um acréscimo nominal de 18,8%. Comparando-se janeiro a dezembro de 2001 com o mesmo período de 2000, verificou-se variação nominal positiva de 17,2% para o FPM e de 17,68% para FPE.

As transferências por conta do IPI, em dezembro, tiveram variação positiva de apenas 3,0% em comparação aos valores transferidos no mês de novembro/2001. Esse percentual ficou abaixo do esperado em virtude do decréscimo na arrecadação do IPI vinculado às importações.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **dezembro**, os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

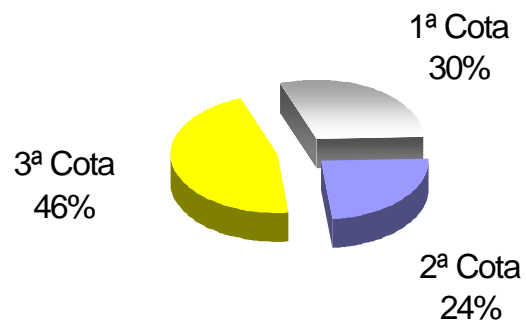
DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	DEZ	NOV	JAN A DEZ	DEZ/01 NOV/01	DEZ/01 DEZ/00	JAN A DEZ/01 JAN A DEZ/00
2000	1.491,2	1.321,3	15.055,1	-	-	-
2001	1.771,6	1.460,8	17.650,9	+21,3%	+18,8%	+ 17,2%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	DEZ	NOV	JAN A DEZ	DEZ/01 NOV/01	DEZ/01 DEZ/00	JAN A DEZ/01 JAN A DEZ/00
2000	1.424,9	1.262,6	14.332,3	-	-	-
2001	1.692,9	1.395,8	16.866,5	+ 21,3%	+18,8%	+17,68%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO

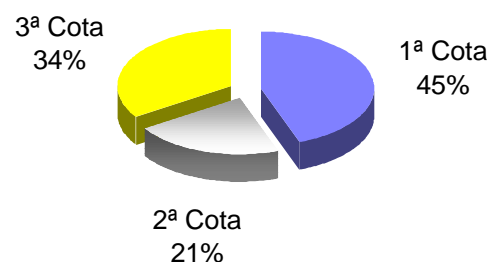


PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 611/00, de 18.12.00 (DOU de 21.12.00) os créditos no mês de **dezembro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/12, 20/12 e 28/12**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
DEZ	+ 23 %	+ 21,3 %	+23 %	+ 21,3 %	+20 %	+3,0 %

IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de novembro a 20 de dezembro, conforme demonstrativo abaixo: R\$

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Nov.	484,1	2.897,8	3.381,9						
DEZ/2001				DEZ/2001	7.874,0	1.439,0	1.505,9	133,8	543,3
1º Dec./Dez.	736,4	1.760,3	2.496,7	3º Dec./Nov.	3.381,9	618,0	646,8	41,1	230,5
2º Dec./Dez.	354,0	1.641,4	1.995,4	1º Dec./Dez.	2.496,7	456,3	477,5	62,6	175,8
3º Dec./Dez.	575,1	3.048,8	3.623,9	2º Dec./Dez.	1.995,4	364,7	381,6	30,1	137,0

Obs.: 1) Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). 2) Amparados por decisão judicial alguns municípios brasileiros não participam do FUNDEF. Dos valores do FPE, FPM e IPI-EXP já foram excluídos 15% para o FUNDEF. 3) O montante calculado para o FUNDEF correspondente a 15% das receitas do FPE, FPM e IPI-EXP considera como se todos participassem do referido Fundo.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	8.235,94	49.227,25	3,81	10.136,11
AL	35.656,79	59.862,69	52,52	17.171,72
AM	20.413,58	40.153,09	3.115,76	11.653,15
AP	5.662,37	49.097,74	31,97	9.814,46
BA	136.295,46	135.208,73	7.135,33	84.302,04
CE	76.851,79	105.575,97	1.478,19	33.060,02
DF	3.588,28	9.931,79	7,67	2.718,78
ES	26.819,39	21.584,59	6.924,28	11.651,85
GO	55.975,57	40.911,43	840,94	17.788,57
MA	60.800,33	103.867,91	2.033,21	63.136,70
MG	196.145,28	64.099,03	20.442,49	55.249,92
MS	22.872,83	19.167,11	514,72	8.034,85
MT	29.104,02	33.210,05	920,98	11.995,90
PA	54.632,74	87.950,00	6.927,65	37.004,18
PB	48.541,25	68.910,95	296,00	20.850,44
PE	77.841,00	99.291,98	855,45	30.118,85
PI	37.263,46	62.183,76	147,69	18.844,71
PR	102.185,59	41.488,46	12.397,57	32.010,38
RJ	45.623,40	21.983,18	6.849,18	15.719,05
RN	37.233,17	60.118,83	364,31	17.360,29
RO	13.562,65	40.515,71	170,59	9.648,28
RR	7.124,80	35.696,59	5,88	8.925,49
RS	102.032,37	33.884,92	22.424,74	32.381,55
SC	59.237,82	18.415,97	13.010,39	17.586,68
SE	21.691,91	59.793,62	95,80	14.467,55
SP	199.819,71	14.389,73	26.767,37	55.722,94
TO	22.873,31	62.451,41	22,35	15.039,13
TOTAL	1.508.084,80	1.438.972,50	133.836,83	662.393,62

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) Amparados por decisão judicial alguns municípios brasileiros não participam do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões estão sujeitas a possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	JAN/DEZ	FEV/JAN	MAR/FEV
FPM/FPE/FNO/ FNE/FCO	1,0 %	-4,0 %	-10,0 %
IPI-EXP	-9,0 %	+12,0 %	-5,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Fev/2001	23/03/01	Jul/2001	29/08/01
Mar/2001	26/04/01	Ago/2001	03/09/01
Abr/2001	31/05/01	Repub.Ago/01	11/09/01
Mai/2001	28/06/01	Set/2001	29/10/01
Jun/2001	08/08/01	Out/2001	

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Tel: (061) 412-3116 / 412-3117

Fax: (061) 412.1559

DEZEMBRO/2001

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de dezembro apresentaram um acréscimo de 2,1% quando comparados aos do mês anterior. Embora as transferências por conta do ICMS tenham apresentado variação negativa, o bom desempenho dos recursos originários do FPM e do FPE, garantiram a variação positiva, em termos globais.

R\$ Mil

Origens	Novembro	Partic.	Dezembro	Partic.	Dez/ Nov
FPM	210.129,9	11,9%	263.646,3	14,6%	25,5%
FPE	201.451,9	11,4%	253.936,3	14,1%	26,1%
IPI-EXP	23.251,8	1,3%	23.618,3	1,3%	1,6%
LC 87/96 LC 102/00	44.902,2	2,5%	44.645,9	2,5%	-0,6%
Compl. União	25.508,4	1,4%	76.546,8	4,2%	-
ICMS	1.262.894,9	71,4%	1.142.244,0	63,3%	-9,6%
Total	1.768.139,1	100%	1.804.637,7	100%	2,1%

É importante observar que as variações acima são

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/
MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3116//3122/3123/ Fax: (61) 412.3126
Email: stndirev@fazenda.gov.br

PORTARIA MF Nº 312, DE 09/11/2001 - AJUSTE DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO DO ANO 2000

Portaria MF nº 312, de 09 novembro de 2001, publicado no D.O.U. em 13/11/01 que divulga a planilha de cálculo dos valores dos ajustes da Complementação da União, relativo ao ano de 2000.

R\$ Mil

UF	Nº DE ALUNOS (A)	Nº DE ALUNOS 1ª A 4ª (B)	Nº DE ALUNOS 5ª A 8ª E DEMAIS (C)	VALOR MÍNIMO (D = B x R\$ 333,00 + C x R\$ 349,65)	FPM (15%)	FPE (15%)	IPI-EXP (15%)	L.C. 87 (15%)	ARRECAÇÃO ICMS (BALANÇO) (1)	ICMS (2) (15%)	TOTAL DAS RECEITAS (E)	DIFERENÇA (E-D)	COMPLEMENTAÇÃO DO DEVIDO (F)	COMPLEMENTAÇÃO REALIZADA (3) (G)	AJUSTE DA COMPLEMENTAÇÃO H=(F-G)
AL	643.567	465.158	178.409	217.278	53.605	89.436	221	4.538	517.637	77.646	225.445	8.167	0	4.161	(4.161)
BA	3.503.749	2.316.186	1.187.563	1.186.521	204.761	202.004	14.660	21.546	3.682.419	552.363	995.334	(191.187)	(191.187)	181.148	10.040
CE	1.660.368	1.067.760	592.608	562.769	114.882	157.732	2.522	8.996	1.838.435	275.765	559.898	(2.871)	(2.871)	20.314	(17.443)
MA	1.547.356	1.107.702	439.654	522.590	91.188	155.180	3.842	9.719	625.402	93.810	353.740	(168.850)	(168.850)	157.464	11.387
PA	1.554.720	1.173.154	381.566	524.075	81.946	131.399	13.606	25.454	1.182.934	177.440	429.845	(94.230)	(94.230)	90.126	4.104
PB	816.403	573.115	243.288	275.913	72.910	102.954	631	1.287	731.430	109.715	287.496	11.583	0	3.820	(3.820)
PE	1.598.529	973.302	625.227	542.720	100.615	148.344	1.891	7.148	2.116.784	317.518	575.515	32.795	0	1.499	(1.499)
PI	720.541	528.117	192.424	243.144	55.948	92.903	314	1.640	426.821	64.023	214.828	(28.316)	(28.316)	29.498	(1.182)
SOMA	12.045.233	8.204.494	3.840.739	4.075.011	775.855	1.079.951	37.688	80.327	11.121.862	1.668.279	3.642.100	(432.911)	(485.455)	488.031	(2.576)
TOTAL A CRÉDITO															25.530
TOTAL A DÉBITO															(28.106)

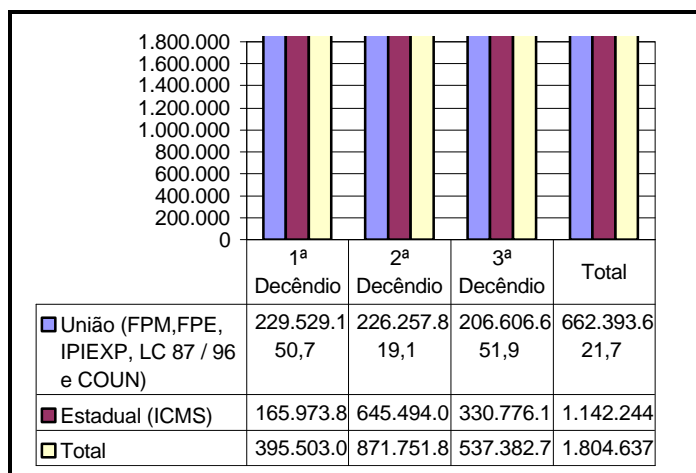
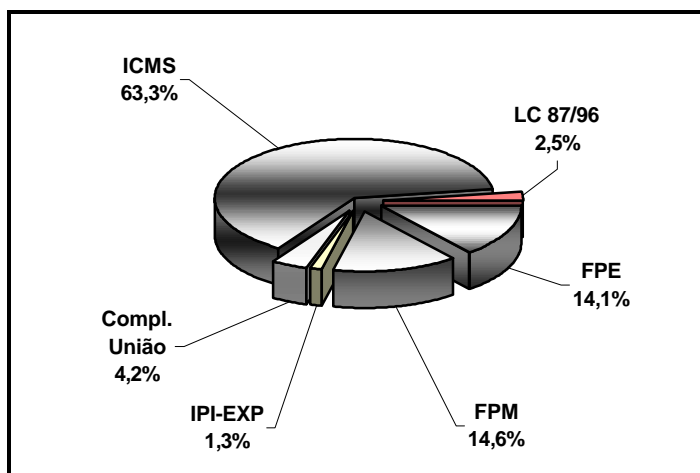
OBS:

- 1- Na apuração da arrecadação do icms foram considerados os seguintes itens de receita: Piauí e Bahia: Principal e Receita da Dívida Ativa; Pará e Alagoas: Principal, Receita da Dívida Ativa e Multas/Juros; Maranhão, Pernambuco e Ceará: Principal; Paraíba: Principal, Receita da Dívida Ativa Multas/Juros e Correção Monetária do ICMS.
- 2- A coluna ICMS Devido corresponde a 15% da arrecadação do ICMS constante do Balanço dos Estados.
- 3- Complementação da União de acordo com a Portaria MF nº 354, de 29.09.2000. Não está incluído o ajuste referente ao exercício de 1999, conforme Portaria nº 353, de 29/09/2000.

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - DEZEMBRO/2001 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	8.687,2	1.407,5	0,7	0,0	40,8	1.509,3	11.645,4	84,6	861,5
AL	667.007	10.564,0	6.222,3	9,3	0,0	376,2	7.013,0	24.184,8	36,3	393,0
AM	630.642	7.085,8	3.566,3	549,8	0,0	451,2	22.245,1	33.898,3	53,8	582,8
AP	116.231	8.664,3	962,5	5,6	0,0	182,0	1.098,0	10.912,5	93,9	990,7
BA	3.527.787	23.860,4	23.948,9	1.259,2	33.569,7	1.663,9	32.330,4	116.632,4	33,1	379,4
CE	1.698.971	18.631,1	13.438,9	260,9	0,0	729,2	23.759,5	56.819,5	33,4	384,8
DF(2)	321.563	1.752,7	602,2	1,4	0,0	362,5	0,0	2.718,8	8,5	86,9
ES	542.389	3.809,0	4.712,3	1.221,9	0,0	1.908,6	37.490,8	49.142,7	90,6	749,7
GO	1.044.232	7.219,7	9.823,0	148,4	0,0	597,5	35.439,7	53.228,3	51,0	540,9
MA	1.544.447	18.329,6	10.657,8	358,8	33.038,9	751,6	-14.594,5	48.542,2	31,4	367,7
MG	3.433.497	11.311,6	34.553,8	3.607,5	0,0	5.777,0	134.443,7	189.693,6	55,2	560,7
MS	420.557	3.382,4	4.008,9	90,8	0,0	552,7	14.184,6	22.219,4	52,8	632,2
MT	576.334	5.860,6	5.103,9	162,5	0,0	868,9	17.922,6	29.918,5	51,9	569,1
PA	1.546.627	15.520,6	9.560,8	1.222,5	8.746,7	1.953,6	10.414,1	47.418,3	30,7	372,2
PB	814.623	12.160,8	8.508,7	52,2	0,0	128,7	10.004,7	30.855,1	37,9	423,9
PE	1.579.456	17.522,1	11.841,2	151,0	0,0	604,5	29.855,8	59.974,6	38,0	402,0
PI	723.848	10.973,6	6.518,5	26,1	1.191,5	135,0	4.935,3	23.780,0	32,9	369,1
PR	1.573.083	7.321,5	17.987,3	2.187,8	0,0	4.513,8	75.923,2	107.933,6	68,6	678,9
RJ	2.008.289	3.879,4	8.005,3	1.208,7	0,0	2.625,7	110.355,9	126.074,9	62,8	771,6
RN	594.181	10.609,2	6.524,7	64,3	0,0	162,1	9.373,4	26.733,7	45,0	495,5
RO	301.839	7.149,8	2.356,7	30,1	0,0	111,6	6.287,2	15.935,5	52,8	569,1
RR	78.462	6.299,4	2.607,9	1,0	0,0	17,1	749,7	9.675,2	123,3	1.181,4
RS	1.596.324	5.979,7	17.948,4	3.957,3	0,0	4.496,2	84.132,0	116.513,5	73,0	831,1
SC	908.259	3.249,9	10.433,1	2.296,0	0,0	1.607,8	39.987,6	57.574,3	63,4	741,8
SE	395.309	10.551,8	3.786,7	16,9	0,0	112,1	7.240,1	21.707,6	54,9	587,4
SP	5.486.865	2.539,4	34.579,6	4.723,7	0,0	13.880,3	435.622,4	491.345,4	89,5	1.025,0
TO	323.383	11.020,8	3.979,1	3,9	0,0	35,2	4.520,5	19.559,7	60,5	623,1
Total	32.591.935	253.936,3	263.646,3	23.618,3	76.546,8	44.645,9	1.142.244,0	1.804.637,7	55,4	613,6

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 2.188, de 28.12.2000 (DOU de 29.12.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios) (4) A parcela da complementação da União destinada ao estado da Paraíba, conforme Portaria MF nº 27/01 de 30.01.01 não foi creditada por falta de dotação orçamentária específica para a finalidade.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.